



ELQ



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XV — N.º 175

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Março 1989 — 60\$00



REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DA ADFA



Técnicos debatem nova Sede

PÁG. 3

ADFA participa em foruns internacionais

PÁGS. CENTRAIS

Relatório de Actividades e Contas da Direcção

PÁG. 8

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia-Geral Nacional, nos termos do Art. 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia-Geral Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para reunir, ordinariamente, no dia 15 de Abril pelas 13 horas e 30 minutos, na Sede Nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de São Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — *Apreciação e votação do «Relatório de Actividades», do Conselho Nacional, relativo ao exercício de 1988;*
- 2 — *Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas», da Direcção Central e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1988;*
- 3 — *Actualização da quota para 1990, e*
- 4 — *Informação relativa à construção da nova Sede Social da ADFA.*
- 5 — *Apreciação e decisão sobre os factos referentes ao Processo do sócio Jorge Manuel Martins Pires, conforme deliberação da Assembleia Geral da Delegação do Porto.*

Nos termos do n.º 2 do Art. 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia-Geral Nacional reunirá trinta minutos depois, com qualquer número de sócios.

O PRESIDENTE DA MAGN
António Reis Santos



Agenda



Fundação Sain

Ao comemorar os seus 30 anos, a Fundação Raquel e Martin Sain, através da sua Direcção, reuniu em jantar de convívio alguns dos seus muitos amigos, entre os quais a ADFA sente enorme satisfação em ser considerada.

Pretexto para troca de impressões e, principalmente, reafirmação de solidariedade entre todos os que estão juntos na mesma luta, ao acto esteve presente, pela DC e em nome de todos os associados, levando o seu abraço, o sócio Patuleia Mendes.



CEE/Programa RACE

Aprovado recentemente pela Comissão da CEE, envolvendo cerca de 40 projectos e verbas na ordem dos 52 milhões de contos, o Programa RACE visa o desenvolvimento das tecnologias mais avançadas, nomeadamente no quadro das comunicações integradas.

Em Portugal, vários organismos já estão a proceder a estudos e planos nesse âmbito, entre os quais os CTT (pelo Centro de Estudos de Telecomunicações — CET/Aveiro), a que se juntou o ISEF.

Na sequência, o Departamento de Educação Especial e Reabilitação deste Instituto Superior, procede a uma análise tendente à concretização de uma experiência-piloto a ser levada a cabo em zona restrita do País e que consiste na utilização de videotelefone como apoio domiciliário a populações especiais, tais como terceira idade ou grandes deficientes.

Numa primeira fase, procura-se, através de um inquérito e de troca de impressões com entidades responsáveis no sector, obter uma ideia-padrão sobre prioridades de grupos a atingir e de tipos de ajuda a prestar.

Solicitada a colaboração da ADFA, teve já lugar, na nossa sede, uma primeira reunião, entre as técnicas daquele departamento do ISEF, Margarida Gaspar de Matos e Teresa Brandão, e responsáveis da ADFA, nomeadamente um delegado da Direcção e pessoal técnico dos departamentos de Formação Profissional e dos Assuntos Sociais e Culturais.

Dado o assunto, «ELO» procurará manter-se informado, a fim de dar conhecimento aos seus leitores do desenvolvimento que o Programa RACE for tendo.



C. N. R.

A 24 de Fevereiro p.p., realizou-se a 46.ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Reabilitação, ao qual esteve presente, como habitualmente, a ADFA.

Sendo um dos pontos da «Agenda de trabalhos», o tema «Novas Tecnologias», a apresentação do mesmo ficou a cargo da nossa Associação, tendo o nosso sócio Jerónimo de Sousa tratado o assunto com grande interesse de todos e dando uma perspectiva muito realista e actual sobre as extraordinárias possibilidades das novas tecnologias ao serviço do Homem, nomeadamente, e com particular desenvolvimento, no que respeita aos deficientes.

Estatuto da Aposentação Pública

Analisado o parecer do consultor jurídico da nossa Associação, relativo à «Lei de Serviço Militar» e aos seus artigos que

consagram, pela primeira vez, o direito à indemnização pelas doenças agravadas em serviço, decidiu a direcção Central na sua reunião de 2 de Fevereiro último, diligenciar no sentido de a ADFA ter acesso ao Grupo de Trabalho com a responsabilidade de propor a alteração do «Estatuto de Aposentação Pública», por forma a que a nova versão venha a consignar já tal matéria.

Recordemos que na Secção «Diário da República», do «ELO» de Janeiro, foi dado relevo ao Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, do Ministério da Defesa Nacional, em que se aprova a lei acima referida.



25 de Abril

Realizou-se a 16 de Março p.p., na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, perante um público interessado, a Sessão Solene de abertura das comemorações do «25 de Abril», levadas a efeito pela respectiva Associação, e a que esteve presente, pela ADFA, o sócio Patuleia Mendes, membro da D. C.

Iniciou a série de intervenções, o Presidente da direcção da Associação 25 de Abril, Tenente-Coronel Vasco Lourenço, a que se seguiram uma jovem, Maria Emília Ferreira, o sociólogo prof. dr. Boaventura Sousa Santos, e o Ten.-Coronel Fletcher Lopes Pires, um dos participantes do Movimento dos Capitães, o qual referiu o tema dos três «D» dos MFA: Descolonização, Democratização e Desenvolvimento.

Secretário de Estado da Defesa Nacional

A fim de tratarem de vários assuntos pendentes, nomeadamente legislações, Sede e III Congresso, foi solicitada, pela Direcção Central, uma audiência ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, da qual, por estar marcada apenas para o dia 22 deste mês, exactamente o dia de saída do ELO, se dará notícia desenvolvida no próximo número.



Neste número de «ELO» damos especial atenção à seguinte legislação:

— Acumulação de pensões com rendimentos de trabalho.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 41/89 de 2 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º 164/83, de 27 de Abril, definiu os critérios a seguir na acumulação de pensões com rendimentos do trabalho, tendo em atenção três vectores fundamentais: o reconhecimento do direito ao trabalho por parte de idosos e de deficientes com capacidades remanescentes, a situação geral do mercado de emprego e a concepção de invalidez adoptada.

... mantém-se no presente diploma, como princípio fundamental, garantido constitucionalmente, o direito ao trabalho dos cidadãos, incluindo os pensionistas por invalidez ou por velhice.

Artigo 1.º

Acumulação de pensões com rendimentos de trabalho.

As pensões de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social são acumuláveis com rendimentos de trabalho, nos termos do presente diploma.

Artigo 2.º

Acumulação de pensões de invalidez absoluta com rendimentos de trabalho.

As pensões concedidas a título de invalidez para toda e qualquer profissão ou actividade não são acumuláveis com quaisquer rendimentos de trabalho.

Artigo 3.º

Acumulação de pensões de invalidez relativa com rendimentos de trabalho.

A pensão de invalidez para a própria profissão só pode ser acumulável com rendimentos de exercício de profissão para a qual o beneficiário não foi

considerado incapaz e até ao limite estabelecido no artigo 6.º.

Artigo 6.º

Limites à acumulação de pensões com rendimentos de trabalho.

A acumulação com rendimentos de trabalho das pensões de invalidez a que se refere o artigo 3.º tem como limite duas vezes o valor da remuneração média que serviu de base de cálculo da pensão, actualizada pela aplicação dos índices estabelecidos em portaria anual de actualização.

— Isenção de IVA sobre bens difinitivamente importados

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS Decreto-Lei n.º 31/89 de 25 de Janeiro

Tendo em conta o tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia e o artigo 2.º do Acto de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o presente diploma transpõe para o direito interno o regime relativo à isenção de imposto sobre o valor acrescentado na importação definitiva de bens,

... Artigo 1.º — 1 — Estão isentas de imposto sobre o valor acrescentado as importações definitivas dos bens referidos no presente diploma, nas condições e limites fixados nos artigos seguintes.

CAPÍTULO II Bens importados em benefício de pessoas deficientes

Art. 46.º — 1 — Estão isentos na importação os objectos especificamente concebidos para fins de educação, emprego ou promoção social de invisuais e de outras pessoas físicas ou mentalmente deficientes, quando:

a) Importados por instituições ou organizações que tenham como actividade principal a educação ou a assistência a pessoas deficientes e que tenham sido reconhecidas pelo Mi-

nistro das Finanças como competentes para receber os referidos objectivos com isenção;

b) Remetidos a título gratuito e sem qualquer fim de ordem comercial por parte do doador a uma instituição ou organização daquele género.

2 — A isenção referida no número anterior aplica-se às peças sobressalentes, elementos ou acessórios específicos que se adaptem aos objectos considerados, assim como às ferramentas a utilizar na manutenção, controlo, calibragem ou reparação dos referidos objectos, desde que sejam importados simultaneamente com os objectos mencionados ou, quando importados posteriormente, se reconheça que se destinam a objectos importados anteriormente com isenção ou susceptíveis de dela beneficiarem no momento em que for pedida para aqueles bens.

3 — Os bens importados com isenção só podem ser utilizados para fins de educação, emprego ou promoção social de invisuais e de outras pessoas deficientes.

Art. 47.º — 1 — Os objectos importados pelas instituições ou organizações reconhecidas pelo Ministro das Finanças como competentes para a beneficiarem da isenção nas condições previstas no artigo anterior podem ser objecto de empréstimo, aluguer ou cessão sem fins lucrativos aos cegos e outros deficientes de que se ocupam sem dar lugar ao pagamento do imposto sobre o valor acrescentado.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Composto e impresso: Interpress Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8 000 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:

José Manuel Sande, Luísa Rodrigues, Armindo Roque e Eduardo Cascada.

Colaboração eventual e correspondentes:

José Maia (Coimbra), Teixeira Gil (Évora), Pereira de Medeiros (Ponta Delgada), Abel Fortuna (Porto) e Figueiredo de Sá (Viseu).

— SÓCIO VENDE —

«VOLVO 345 GL»
AUTOMÁTICO

Contacte o Telefone
251 59 36

SEDE: Sócios e técnicos debatem novo espaço

«Com o objectivo de reunir ideias, opiniões e outras sugestões destinadas a habilitar os técnicos que estão a elaborar o projecto da nova sede social da ADFA, foi decidido convidar alguns associados, nomeadamente portadores de grandes deficiências motoras e/ou

tamente interessadas na ocupação do «espaço» em debate. De relance, recordamos José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves (da DC), Jerónimo de Sousa, Sarmiento Coelho e M.^a Cecília Pires (da Formação Profissional), Cascada e Sande (do DASC e

terminante dos tetraplégicos, por exemplo.

Subordinada à componente fundamental da importância real do dimensionamento, sem megalomania mas também sem miséria, apenas o respeito à dignidade sem luxos, a troca de impressões voltou-se para a colocação e



sensoriais, para participarem numa reunião, no dia 3 de Março, para em conjunto se abordarem as perspectivas do referido projecto de molde a serem criadas todas as condições de acessibilidade, utilização e circulação por parte de todas as pessoas com deficiências.» (Da acta da reunião da DC de 28/02 e comunicação de serviço de 19/89).

E assim, a partir das 15H30 dessa seta-feira, na presença dos responsáveis pelo estudo/projecto, arq.^o Ferreira Gomes e eng.^o Sardinha e Teixeira, também eles sócios da ADFA, reuniu-se um grupo interessado (e interessante) de outros associados, alguns deles responsáveis por diversos departamentos da «casa», acompanhados por técnicos das áreas mais direc-

«ELO»), A. Villa-Lobos Vieira, Carreiro, Sobral, Maltês...

Face aos planos já esboçados, desenhos e filosofia de aproveitamento de um espaço que se define em quatro grandes áreas de utilização mas se alarga por três pisos que, dada a configuração do terreno, tem acesso directo à rua por dois deles, muitas foram as explicações dadas, muitas as dúvidas levantadas, muitas as sugestões e opiniões dadas, muitas as perguntas feitas, notando-se um enorme interesse por parte de todos, em dar o seu contributo, baseado tanto nos conhecimentos profissionais como na sua experiência pessoal ou nas suas necessidades particulares (como a muito de-

localização dos vários serviços, das prioridades de acessibilidade, da interligação espacial aliada ao máximo rendimento e funcionalismo, não esquecendo a possibilidade de espaços móveis ou redimensionáveis face a necessidades de ocasião ou a alterações mais profundas, sem perder de vista, contudo e ainda, verbas e prazos de construção ou custos de manutenção.

Creemos que foi extraordinariamente positiva para todos os intervenientes esta reunião, não ficando esgotadas, todavia, todas as hipóteses a considerar numa obra de tal envergadura e complexidade, sendo urgente, portanto, que os que considerem ter algo de útil a opinar ou informar, o façam já.

informação das organizações de deficientes militares e idêntico sistema das respectivas Forças Armadas. Em termos, ainda, de exterior, também estivemos com o apoio da Secretaria de Estado da Defesa, na Assembleia Geral da FMAC, em Manila, onde foi debatido o problema dos «Direitos do Homem» e onde Portugal, pela voz da nossa associação, em termos prudentes mas incisivos, fez uma intervenção sobre os atropelos à dignidade humana que se passam actualmente em Timor.

Estivemos também em Bad-Ischl, Áustria, numa reunião sobre a uniformização da legislação para deficientes militares, dentro dos países da FMAC, já que existem dois tipos de tratamento, a esse nível os deficientes de serviço e os deficientes de campanha, havendo muito poucos países em que, efectivamente, o sistema de compensação económica e social é igual para os dois casos.

Levámos quatro propostas de tese que foram aprovadas e até beneficiadas. Recordo-as: a atribuição de direitos iguais aos deficientes de serviço com mais de 60 por cento de incapacidade, desde que a deficiência tenha sido adquirida em zona de campanha; caso das doenças agravadas em serviço; o nosso entendimento do carácter de indemnização do pagamento e retribuição económica por deficiência em combate e, finalmente, a acumulação de pensões de funcionalismo público, para os deficientes em serviço. Estas propostas tiveram aprovação e, neste momento, estão na nossa Secretaria de Estado da Defesa, com grandes perspectivas de serem passadas a decreto-lei, segundo julgamos saber.

— No que concerne aos países africanos de expressão portuguesa, temos tido poucos contactos, infelizmente. No entanto, uma das teses ao III Congresso, aponta precisamente nesse sentido. Posso dizer, contudo que se essa ligação não tem sido mais incrementada é porque o sistema organizativo dos deficientes militares, quer na Guiné, quer em Angola ou Moçambique, está, mais ou menos, a nível de Secretaria de Estado, só agora, começando a surgir os primeiros indícios de criação de associações, incentivando nós, na FMAC, a sua inclusão neste organismo mundial. Posso acrescentar, ainda, com base em conversas já havidas, e manifestado vivo interesse por parte do Ministério da Defesa Nacional, que se perspectiva, para finais de 1989, um grande encontro, em Portugal, entre a ADFA e as associações congéneres daqueles países.

ACIDENTE DE ESPINHO

NOTA

A ADFA não podia ficar indiferente ao acidente ocorrido em 8 de Março p.p., no Regimento de Engenharia de Espinho, tendo enviado o seguinte telegrama ao seu Comandante:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas lamenta o grave acidente ocorrido nessa Unidade, decorrente do risco e da perigosidade que a prestação do Serviço Militar envolve, no cumprimento do dever da defesa da Pátria, mesmo em tempo de Paz.

Desejamos a rápida recuperação dos militares feridos, colocando-se a ADFA à disposição, para prestar todo o apoio no âmbito dos seus objectivos.

a) o Presidente da ADFA»

Ninguém põe em questão que é lícito à Pátria pedir aos seus cidadãos, na defesa da sua integridade territorial e cultural, todos os sacrifícios, incluindo o da própria vida.

Ninguém põe em questão que é lícito à Pátria reconhecer, pela sua especificidade, a dádiva honrosa, desinteressada e total, daqueles que, em guerra ou em paz, por ela se sacrificam.

A DIRECÇÃO CENTRAL

ADFA convida PALOP's

«O III Congresso da ADFA, realizado em Janeiro passado, a que assistiram as mais altas entidades políticas e militares portuguesas, aponta, nas suas conclusões, para a necessidade de serem incrementadas as relações com os Países Africanos de Expressão Portuguesa. Dado que a troca de experiências será certamente vantajosa para todos os deficientes e combatentes dos nossos países, pensámos organizar, em Lisboa, um encontro onde pudessemos abordar algumas áreas de interesse mútuo.»

É este um dos parágrafos iniciais dos ofícios enviados, em 13 de Fevereiro último, às Secretarias de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria (Guiné-Bissau), Associação dos Combatentes da República Popular de Angola e Associação dos Combatentes da Luta da Libertação Nacional de Moçambique, propondo a realização, em Portugal, nos primeiros meses de 1990, de um encontro de deficientes e combatentes dos quatro países para, nomeadamente, «demonstrar que é possível juntar aqueles que num determinado momento histórico, combateram em trincheiras opostas e unir os seus esforços, em prol da construção de um futuro melhor, mais justo e mais fraterno.»

Apresentando, em breves palavras, o historial da ADFA, o ofício refere depois o interesse de uma tal conferência, a qual, contaria, à partida, com grande apoio por parte das mais altas autoridades portuguesas, e recorda os frutuozos contactos já havidos entre os delegados da ADFA e as várias representações, quer de Angola, Guiné ou Moçambique, que se encontraram em reuniões internacionais, principalmente no âmbito da FMAC (a propósito, ver neste ELO um artigo sobre esta entidade).

Ao salientar, também, a experiência acumulada da nossa Associação, em áreas tão significativas como «Legislação», «Reabilitação e Reintegração Social», «Formação Profissional» (onde destaca o trabalho em próteses e ortóteses) e «Paz e Cooperação» (como membro da FMAC), as quais, eventualmente, poderiam servir de base para os temas a abordar, o ofício compromete a ADFA a aceitar quaisquer outras sugestões e a apresentar, num prazo curto após recebidas todas as respostas, um esboço de agenda que que já contemple os pontos que se pretendam ver incluídos, assim como a indicar os apoios disponíveis e alguns aspectos práticos da sua aplicação.

(Continua na pág. 4)

Colóquio da Imprensa Militar

Terminaremos, hoje, a notícia sobre o «V Colóquio da Imprensa Militar» que, como já foi referido anteriormente, esteve a cargo da revista «Boina Verde», órgão do Corpo de Tropas Pára-quedistas e de que é director o coronel pára-quedista Mira Vaz.

Acabada a sua exposição, o nosso director respondeu a algumas perguntas que lhe foram feitas, as quais se voltaram, fundamentalmente, para o relacionamento internacional da Associação, nomeadamente com organismos de carácter mundial e também com as ex-colónias. E aqui, em jeito de parêntesis, cabe-nos cha-

mar a atenção para a coincidência de inserção deste aspecto da intervenção de Patuleia Mendes, neste número do ELO, já que nele, precisamente, são abordados, noutros artigos, esses mesmos temas.

Não sendo fácil resumir as respostas, dado o quase diálogo em que entrou, talvez possam ser assim apresentadas as informações prestadas:

— A ADFA é representante de Portugal junto da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC —, a qual reúne cerca de 56 países dos vários continentes, inte-

grando-a, portanto, e mantendo relações mais estreitas, com, não só a organização, mas também com algumas das associações nela filiadas. Aliás, realizou-se em Portugal, em 1985, uma reunião da sua Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, dado que os países membros têm assembleias conjuntas, regionais, periódicas.

Mais recentemente, e a outro nível, tivemos três elementos na reunião de Cegos de Guerra, na RFA. Em contacto com deficientes de outros países, constatou-se que existe uma grande ligação entre o sistema de

DELEGAÇÃO PORTO

ACTIVIDADES A REALIZAR

ABRIL:

Dia 22 às 15 horas:
Reunião de sócios em S. M. da Feira.

Dias 29 e 30: Passeio à Serra da Estrela.

Itinerário: PORTO / GUARDA/BELMONTE
BELMONTE: Chegada para jantar e alojamento em Hotel de classe turística.

BELMONTE/SERRA DA ESTRELA/PORTO

Partida após o pequeno almoço, para visita à Serra da Estrela. Paragem nos locais de maior interesse, seguindo para a Mealhada — paragem para o jantar.

Continuação para o Porto.

Preços: dos 4 aos 8 anos — 2 500\$00.

A partir dos 8 anos — 5 000\$00.

NOTA: Estes preços incluem: Transporte em luxuoso e cómodo autocarro de turismo equipado com todos os requisitos modernos.

Jantar, alojamento e pequeno almoço, em bom hotel em quartos duplos ou triplos, todos com casa de banho privativa.

Inscrições até 5 de Abril.

MAIO:

Dia 6 — IV Jornada de Reflexão e Debate (pelas 16 horas, 2.º sorteio dos bilhetes de Natal).

Dia 20 — III Encontro de sócios em Paredes.

Programa:

10 e 30 — Jogo de fute-

bol entre sócios. Poderão participar os filhos dos sócios e o jogo realizar-se-á no campo do «Baltar».

13 horas — Almoço-Convívio no Restaurante «O Frade».

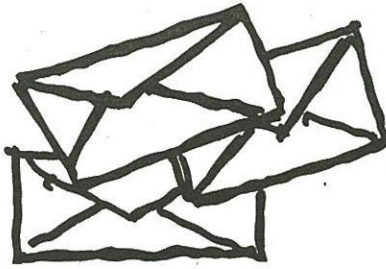
NOTA: As inscrições podem ser feitas até ao dia 12 de Maio.

Assistência medicamentosa

Tendo, nas últimas semanas, surgido alguns problemas relacionados com a assistência medicamentosa aos DFAs, nas consultas do Hospital Militar do Porto, a Direcção da Delegação foi recebida pelo respectivo Director, no passado dia 17, ficando a questão resolvida, após as necessárias diligências junto do Serviço de Saúde Militar e da Farmácia Militar.

Chama-se a atenção dos associados para que as receitas passadas pelos vários serviços do HM serão devidamente aviadas pela Farmácia militar, desde que nelas conste que a assistência e/ou medicamentos se referem ou relacionam com a deficiência.

O Director do HM prontificou-se, ainda, a estudar a hipótese da consulta de ortopedia, destinada à prescrição de próteses e outro material ortopédico, passar a realizar-se duas vezes por mês.



Correspondência

Publicamos hoje uma carta dos nossos associados José Pereira da Silva — 10 664 (Exército) e Alberto Jacinto — 11 709 (Armada), que se reporta ao artigo «Ex-combatentes escrevem...», saído no ELO de Novembro de 1988.

«Ao corpo redactorial do jornal ELO.

Título: sobre ex-combatentes escrevem.

Reportando-nos à crónica inseridas no jornal ELO cumpre-nos fazer as seguintes perguntas:

1.º — Ficamos sem saber do que se reportam pois não dizem concretamente o que é, o que é que eles claramente escreveram, ou disseram, nessas cartas, esses ditos ex-combatentes;

2.º — A propósito, como somos dois associados da ADFA, que sentimos na pele as injustiças de que fomos vítimas e que ainda hoje continuamos a ser, já que até ao presente momento só vimos o alargamento do prazo do DL. 319/84 através do DL. 267/88 (pedido de qualificação de de-

ficiente civil das Forças Armadas) e nada de nada... no respeitante ao DL. 210/73, ou seja do Decreto-Lei que deveria abranger todos aqueles que foram feridos em combate e não o DL. 43/76 que só serviu para marginalizar outro tipo de combatentes (que são tão iguais como os outros, quer sejam eles brancos, pretos, amarelos, mestiços ou vermelhos);

3.º — Será que dão mais importância a todos aqueles que embora não tendo sido feridos foram louvados/condecorados e recebem uma pensão razoável, o mesmo não sucedendo com os outros que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas (em campanha);

4.º — Afinal que tipo de legislação está a ser analisada e quais as medidas que vão ser tomadas, de acordo com orientações doutros países?

5.º — Pelo atrás exposto, solicitamos a esse corpo redactorial se digne informar-nos o que é que a Direcção da ADFA pensa fazer, ou já fez, por todos

aqueles que foram feridos, em campanha ou combate, como lhe queiram chamar, e não foram abrangidos pelo DL 210/73 e por conseguinte não foram considerados DFA.

Agradecemos que fossemos informados pelo nosso jornal ELO do mês de Dezembro de 1988.

José Manuel Guerreiro
Pereira da Silva e
Alberto Maria Jacinto

Como facilmente se pode compreender, o assunto exposto ultrapassa, largamente, a competência do corpo redactorial do ELO. Consideradas, porém, as implicações jurídico-legais envolvidas e verificando-se que a questão poderia abranger um alargado número de deficientes militares, a carta dos nossos sócios foi remetida para a Direcção Central, a qual, certamente, lhe dará a atenção e o desenvolvimento próprios.

Aproveitamos, a propósito, a ocasião para recordar a existência, na Sede, de um «Departamento de Apoio Jurídico

aos Sócios», a que podem e devem recorrer, pessoalmente ou por escrito, todos os que tenham quaisquer dúvidas ou problemas do fôro legal.

ADFA/PALOP's

(Continuação da pág. 3)

Destes ofícios foi dado natural conhecimento à Presidência da República (Casa Militar), Secretaria de Estado da Defesa Nacional e diversas chefias dos Estados-Maiores.

Ao terminarmos este primeiro apontamento sobre um assunto que esperamos venha a encher muitas páginas do ELO, não queremos deixar de o fazer reforçando o sentido de um dos parágrafos dos convites:

«Julgamos que uma conferência com as características apontadas, seria extremamente oportuna para nos conhecermos melhor e poderia servir como trampolim para uma cooperação frutuosa entre as nossas Associações.»

RENAULT 19

TECNOLOGIA MAIS QUE PERFEITA

A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental.

Dá que, em todos os domínios, o Renault 19 apresenta inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy.

Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo.

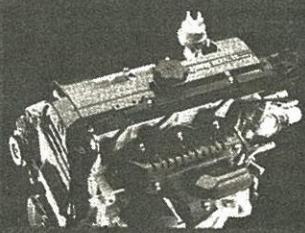
É assim a nova tecnologia Renault. Uma tecnologia mais que perfeita. Uma tecnologia de futuro.

RENAULT 19
O FUTURO MAIS QUE PERFEITO



Motorizações

1237 c.c.,
55 cv DIN
1390 c.c.,
80 cv DIN (Energy)
1721 c.c.,
92 cv DIN
1870 c.c.,
65 cv DIN (Diesel)



Renault 19 — Garantia Anti-Corrosão de 6 anos

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telefs. 859 00 58

O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

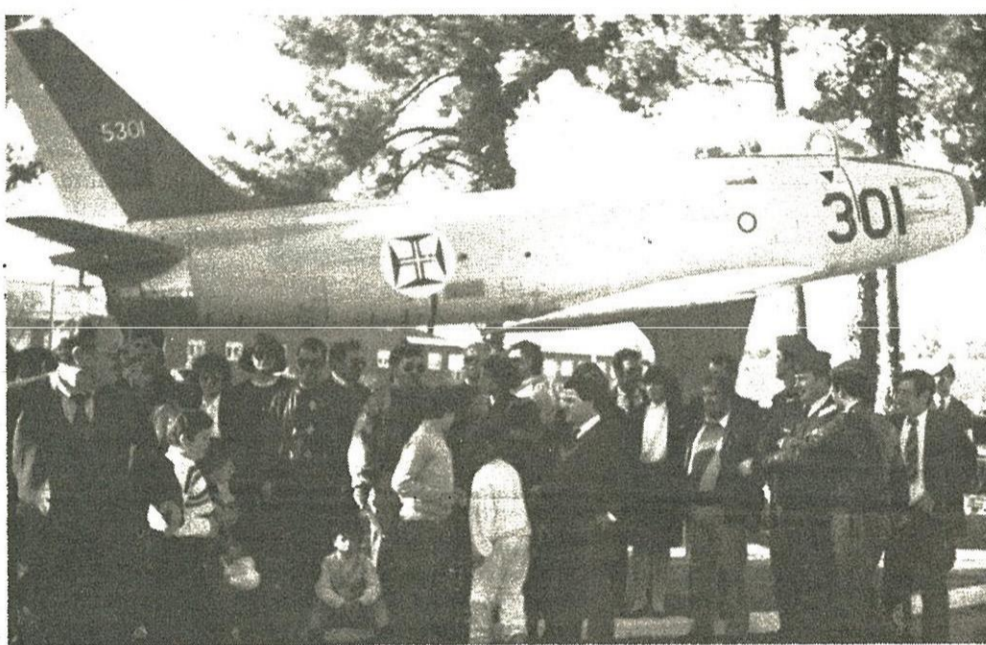
DELEGAÇÃO COIMBRA

GRUPO DE INVISUAIS VISITA A BASE AÉREA DE MONTE REAL

O 36.º aniversário da Força Aérea, celebrado em Coimbra, trouxe um estreito relacionamento entre a cidade e a instituição militar. Grupos de crianças e jovens, oriundos das mais diversas escolas de Coimbra, têm, nos últimos tempos, visitado a Base Aérea n.º 5, materializando assim os laços que se criaram.

No passado dia 16 de Fevereiro, realizou-se mais uma visita, que desta feita assumiu algo de inédito. Tratava-se dum gru-

po de deficientes visuais, pessoas que, por força das circunstâncias, estão impedidas de ver os aviões quando eles cruzam os céus ou quando mostram as suas potencialidades em exibições aéreas. Era, sem dúvida, uma visita diferente. Eu próprio, também deficiente visual e ex-piloto da Força Aérea, vivi o dia com emoção, reencontrando velhos amigos e recordando antigas experiências. Acompanhavam-nos o Sr. José Carlos Viana, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara de Coimbra, também ele a reviver outros tempos, porque também ele ex-militar daquela base, e ainda o Sr. Dr. Carlos Santarém, Director da Biblioteca Municipal de Coimbra, instituição que teve a cargo a organização desta viagem.



visita rápida às esquadras e eis que nos dirigimos para o ponto mais apetecido. Todos queriam ver os famosos «A7». Lá estavam eles, imponentes, poderosos. Subimos as escadas de acesso ao «cockpit», todos ouviam atentos as explicações dadas pelos oficiais que nos acompanharam. A generalidade das pessoas invisuais admiravam-se da grandeza do avião, dado que só transportava uma ou duas pessoas. Era motivo para explicar a função e finalidade daquele tipo de aparelho, das missões que se esperam dele. Sentamo-nos e quantos de nós não nos teremos imaginado em picadas

vertiginosas, voos rasantes ou protagonistas das mais extraordinárias manobras acrobáticas.

«Baptismo de voo» — A extrema amabilidade e gentileza dos responsáveis da Base Aérea, manifestou-se ainda no facto de se ter possibilitado que alguns deficientes visuais pudessem experimentar, pela primeira vez a sensação de voar. *E que pode um invisual desfrutar dum voo de recreio?* Não é para a vista que resultam os maiores prazeres e as mais interessantes sensações? Talvez não seja assim. Os diversos estímulos exteriores podem ser apercibidos pelos vários sentidos, embora habitualmente se valorize mais os dados recebidos pela visão. *Mas quem não vê, dá relevo e importância aos outros sentidos, dando-se conta de percepções que o comum das pessoas despreza.* E, como na lenda de Ícaro, a

sensação de nos despegarmos da Terra, não é a mais desejada?

COMO EU VI A BASE AÉREA DE MONTE REAL

A propósito desta visita, um dos participantes, a D.ª Teresa Maia, diz o seguinte:

«Foi tão gira aquela visita à Base Aérea de Monte Real!».

Não é muíto frequente que um grupo de pessoas cegas vá fazer visitas a instituições como esta. Em primeiro lugar porque as oportunidades são poucas e depois porque há, nas pessoas a ideia de que os cegos não vêem,

naturalidade. Sim, porque este aspecto da naturalidade é muito importante quando se trata de pessoas cegas. Frequentemente as pessoas têm pouco à-vontade ou afecção no modo como devem lidar com os cegos. Ora, na visita à base, isso não aconteceu. Esta atitude que passou da cordialidade para a simpatia, fará, em muitos, mudar a imagem do militar austero, rígido e de poucas falas.

Da parte da manhã vimos os aviões e alguns de nós tivemos mesmo a possibilidade de fazer um voo, que para quase todos foi o primeiro. Após o delicioso almoço, fomos visitar as instalações onde são preparados os equipamentos dos aviadores militares. Foi uma experiência interessantíssima porque fiquei a conhecer muitas coisas sobre as condições de sobrevivência e combate. Pelas minhas mãos passaram barcos e coletes pneumáticos, pára-quadras, fardas, capacetes, caixas com mantimentos; nunca imaginei que uma tão desenvolvida tecnologia estivesse ao serviço da Força Aérea, mas... parece-me que já estou a ouvir o Senhor Capitão a dizer que «aquilo não é nada», que «muita coisa escasseia e o orçamento é curto». Não duvido que assim seja, mas para a minha ignorância... admirou-me o que vi. Esta visita serviu para o meu melhor conhecimento da instituição que é a Força Aérea; confesso que até aí não tinha a noção da sua amplitude nem o seu alcance.

Agora sim, ela está para mim, MAIS ALTO!

Os valores humanos — *De tudo quanto nos foi dado viver nesse dia, o que mais nos tocou foi, sem sombra de dúvida, a extrema cordialidade e simpatia com que fomos recebidos. Foram inextinguíveis neste ponto, os 1.º e 2.º Comandantes, respectivamente Sr. Coronel Pedro Monroy e Sr. Tenente-Coronel Taveira Martins. Em nome de todos nós, para os Capitães Pilotos-Aviadores Barbosa e Francisco, que nos guiaram na visita, um forte abraço de amizade e gratidão.*

José Adelino Guerra

Manuel Soares Cabral da Silva, sócio n.º 6303, natural e residente em Porto Formoso, concelho de Ribeira Grande, faleceu no passado dia 30 de Novembro.

Sócio com 19 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné, quando fazendo uma es-

colta, foi atingido por mina anticarro.

Deixou viúva e três filhos.

Mário Marques Maleita, sócio n.º 11 006, natural de Pinheiro Grande e residente na Póvoa St.ª Iria, concelho de Vila Franca de Xira, faleceu no passado dia 26 de Fe-

vereiro de 1989 devido a insuficiência renal.

Sócio com 100 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Angola aquando de um acidente de viação.

José António Nunes Fernandes, sócio n.º 382, natural do Congo-Belga e residente em Vila do Conde, faleceu no passa-

do dia 25 de Fevereiro de 1989.

Sócio com 65 por cento de desvalorização.

Deixou viúva a Sr.ª Dona Rosa Maria da Costa Amaral Fernandes e uma filha menor.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

A CONSULTA

Embora fale em tom natural, na sala ao lado, a sua voz soa-me como um grito atormentado até agora reprimido:

«Isto já devia ter começado há mais tempo! Estamos já nos quarenta e as coisas pioram dia a dia»...

Veio de longe, de propósito, com uma esperança, uma necessidade que é misto de revolta e de anseio, que não, talvez ainda, de desespero.

E como ele, têm aparecido mais, que muitos outros viriam se a distância, o tempo, o dinheiro, até a própria vontade, o permitissem.

Uma memória comum os une: a guerra!

Uma angústia comum os irmana; o pesadelo dessa memória?

E recorde, também eu amargurado, aquele «Desejo» de há já vinte anos:

duas granadas no paiol

um cogumelo de fogo

MAIS ESPAÇO PARA JARDINS!

J. S.

«Stress» de guerra

dr.ª. Edite Saraiva (Psicóloga)

3.ª feiras — 14/18 h.

(marcações podem ser feitas pelo telefone 36 21 67)

QUOTAS

Embora já tenha sido recordado no número de Janeiro passado, torna-se a lembrar aos nossos sócios, que, por deliberação da Assembleia Geral Nacional de 16 de Abril de 1988, foram aumentadas para 150\$/mês as quotas referentes ao ano em curso.

A Direcção Cental, dentro das medidas aprovadas em Conselho Nacional, pretende implementar uma campanha de esclarecimento e consciencialização que leve todos os sócios, sem excepção, a participarem mais activamente na vida da nossa Associação, porque entende que só com a intervenção de cada um, se poderá levar por diante as grandes directivas do III Congresso.

E essa intervenção também passa pelo pagamento das quotas.

No entanto, se tens problemas quanto a isso, a DC, estatutariamente, e caso a caso, pode estudar uma solução: O IMPORTANTE É A TUA PARTICIPAÇÃO!

Assinatura ELO

Aproveita-se, também, para chamar a atenção que a assinatura do ELO passou para 500\$/00 anuais, face ao enorme aumento de custos que tem vindo a verificar-se, sendo impossível manter um preço que já vem de há anos.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus	827 378\$00	1 098 019\$00
Renault 5 SL	864 945\$00	1 205 340\$00
Renault 5 TL 3 Portas	909 555\$00	1 257 534\$00
Renault 5 TL 5 Portas	957 555\$00	1 313 694\$00
Renault 5 GTR 3 Portas	968 497\$00	1 389 886\$00
Renault 5 GTR 5 Portas	1 016 497\$00	1 446 046\$00
Renault 5 GTX 3 Portas	1 144 781\$00	1 728 939\$00
Renault 5 GTD	1 282 043\$00	2 232 352\$00
Renault 19 TR 3 Portas	1 085 750\$00	1 527 072\$00
Renault 19 TR 5 Portas	1 143 700\$00	1 594 874\$00
Renault 19 GTS 3 Portas	1 166 230\$00	1 748 015\$00
Renault 19 GTS 5 Portas	1 223 400\$00	1 814 904\$00
Renault 19 TSE 5 Portas	1 377 200\$00	1 994 850\$00
Renault 19 GTD 5 Portas	1 457 250\$00	3 984 962\$00
Renault 21 GTL	1 453 380\$00	2 090 000\$00
Renault 21 GTD	1 700 135\$00	6 106 973\$00
Renault 21 TDX	2 017 439\$00	6 478 219\$00
Renault 25 TDX	2 970 244\$00	7 593 000\$00
Renault Nevada TDX 5L	2 113 162\$00	6 580 215\$00
Renault Nevada TDX 7L	2 187 614\$00	6 677 323\$00
Renault Express 5L	1 157 542\$00	1 547 678\$00

Valor da transferência: 3 900\$00.

Todas as versões se apresentam com opção de pintura metalizada.

Renault 19 Automático a partir de Fevereiro de 1989.

Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na sede ou nas nossas Delegações.

MOVIMENTOS DE E PARA DEFICIENTES MILITARES, UM



24 de Junho de 1859 — a batalha de Solferino (Lombardia), talvez a mais importante da «Guerra de Itália», que opõe franceses (Napoleão III) a austríacos (Francisco José I), na ajuda que os primeiros dão aos italianos (Vitor Emanuel II), na sua luta pela libertação e pela unificação, faz cerca de 40 000 mortos e feridos, entre os combatentes das várias nacionalidades.

HENRY DUNANT, cidadão suíço que se encontra, por acaso, no campo de batalha, angustiado pelo espectáculo dos feridos e moribundos, a quem não é prestado auxílio por falta de qualquer sistema de serviço de saúde, esforça-se por os socorrer, com a ajuda dos camponeses da região, não olhando a uniformes, mas antes repetindo constantemente: «SOMOS TODOS IRMÃOS».

Desse acto de solidariedade, e da vontade e interesse desse Homem extraordinário, nasceria a CRUZ VERMELHA (inversão da bandeira da Suíça), após a publicação do seu livro «Uma recordação de Solferino» (1862), a criação de um «Comité Internacional para socorro aos feridos militares», depois chamado «Comité dos 5» (1863), a... a...

Bom, o resto fica para outra ocasião, que este assunto bem merece desenvolvimento adequado.

E aqui cabe uma pequena história, uma daquelas curiosas coincidências que por vezes acontecem. O redactor deste artigo tinha acabado de passar pela Cruz Vermelha Portuguesa, a fim de recolher alguns elementos e documentos sobre a organização quando, ao chegar à ADFA, depara com um ofício de Gêneve, de 24 de Fevereiro, do Museu Internacional da Cruz Vermelha, comunicando não só a sua inauguração, em 29 de Outubro de 1988, como também perguntando-se, embora todo e qualquer membro da FMAC conheça a sua (CV) existência (muitos tendo-a visto actuar directamente ou dela tendo recebido ajuda), quantos, na realidade, saberão verdadeiramente o que ela representa.

Noutra altura, como dissemos, iremos tratar esta questão, ficando-nos hoje por aqui, ainda com a informação que Portugal foi o sétimo membro a aderir ao movimento.

Mas a solidariedade internacional que é reconhecida, e desenvolvida, por tantos países e em tantas ocasiões, não impede que as guerras continuem e que aumentem de maneira assustadora, as suas vítimas.

Durante a I Grande Guerra Mundial, e peran-

te o número espantoso de cegos que provocava, funda-se, na Alemanha, a primeira associação de «cegos de guerra» (BKD — Bund der Kriegsblinden Deutschlands E.V.), a qual seria precursora do IKK — *Internationaler Kriegsblinden-Kongress*, de que são actualmente membros, para além da RFA, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, os Estados Unidos da América do Norte, a Finlândia, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, o Japão, o Lu-



xemburgo, o Paquistão e Portugal.

De 25 a 30 de Novembro passado, conforme oportunamente noticiado, realizou-se, na República Federal da Alemanha, o «7.º Encontro Internacional de Cegos de Guerra», em organização da BKD, reunião a que Portugal esteve presente pela primeira vez.

Não existindo, no nosso país, uma organização autónoma de «cegos ou amblíopes de guerra», os mesmos encontram-se filiados na ADFA (cerca de 80), até porque a maior parte é portadora, também, de multideficiências, principalmente amputações dos membros superiores e/ou inferiores e deficiência auditiva.

Assim, a representação portuguesa foi feita por uma Delegação da ADFA formada pelos sócios José Arruda, Abel Fortuna e J. Couceiro Ferreira, a qual esteve acompanhada, durante toda a sua estada, por Pedro Macedo, do Consulado em Hamburgo (e que apoia, normalmente, os nossos deficientes que vão ao Hosp. Militar daquela cidade).

E cabe já aqui uma saudação muito especial à Comissão Militar Alemã, em Portugal (que assegurou a viagem de ida e volta), ao Coronel Tall e a todo o pessoal, não só da base de Beja como de todas aquelas por onde se passou, tendo sido incedíveis no trato e nas atenções para com os nossos representantes.

A conferência, de que estiveram ausentes a Espanha e os EUA, mas que contou com a presença das Filipinas como membro observador, permitiu à ADFA uma riquíssima troca de impressões com pessoas que passaram por outras guerras, algumas delas as duas mundiais, aprendendo muito com esses veteranos e com as respectivas associações.

Aliás, perspetivar a realidade e a experiência de cada sociedade mem-

feitamente adaptado a cegos (havendo alguns mesmo residentes), com serviços médicos e terapêuticos com piscina e massagens, com pessoal especializado para acompanhamento e apoio. Curiosa a ideia de, em cada refeição, fazer variar por mesas, as várias delegações, misturando-as,



Batalha de Solferino em cima — quadro de Dityvon; ao lado — quadro de Meissonier

permitindo, assim, um melhor conhecimento entre todos os presentes.

Deve realçar-se o suporte extraordinário dos Governos federal e estadual, custeando a totalidade das despesas (100 000 marcos) desta realização, que envolveu entre 50 a 60 pessoas.

Finalmente procedeu-se à eleição da nova Direcção, apostando-se na dinâmica já há muito empreendida pelo dr. Sonntag/RFA, na experiência e continuidade garantidas pelo general Ammannato/Itália (reeleitos) e na juventude inovadora do capitão Ray/Inglaterra.

A delegação portuguesa, aproveitando a sua «estreia», e recordando as comemorações dos «500 Anos dos Descobrimentos», ofereceu caravelas de filigrana a todas as representações e a várias personalidades.

Mas as vítimas de guerra, infelizmente, não são apenas os combatentes cegos ou todos os outros deficientes, dos poucos países (termos relativos), fazem parte do IKK.

Um vastíssimo mundo que abrange uma multidão infindável de pessoas e situações, desde os próprios combatentes, às viúvas e órfãos dos que foram mortos, aos civis apanhados por um horror sem rosto e sem pátria, com repercussões que podem prolongar-se por gerações, vai-se reunindo em organizações mais ou menos limitadas, particulares e oficiais, regionais ou nacionais, e toma consciência daquilo que

os une, daquilo que os fez «mais semelhantes», tornando mais real, e por isso muito mais ameaçador, o terror global que persiste e cada dia faz aumentar o número dos que agora são, ou passam a ser, «IRMÃOS» (como diria Henry Duannt).

Em 1950, no ainda rescaldo de uma conflagra-

ção da guerra, — os combatentes, os deficientes as «vítimas» civis —, há que possuem várias associações independentes ou mesmo mistas, por exemplo, a Inglaterra para cima de uma dúzina), a FMAC integra essas organizações e nã países, calculando-se mais de 25 MILHÕES de pessoas representadas até há pouco, na Federação.

Com tal peso, e a dada moral, não ser estranho que a FMAC seja um parceiro privilegiado a nível de grandes organizações mundiais mantendo representações permanentes na C (Genebra e Nova Iorque), presidindo, até ao recente «comité de organizações não governamentais para o desarmamento», pelo que tem certos frequentes quer com o NATO quer com o MECON), dialoga com a FAO a OMS, a UNESCO, a UNICEF, a Comissão para os Refugiados CEE, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, a Liga das Sociedades Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, etc., tomando assessorado, em reuniões ao mais alto nível das estas entidades, quais não querem deixar de a ouvir em assis-

ção que fizera, como nunca havia sido imaginado (a guerra de 14/18, para os idealistas, teria sido a última...), um número impressionante de vítimas, é fundada em Paris, por iniciativa de associações dos países «aliados», a «FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES» —



Espantosa fotografia de «cegos de guerra» alemães, em 1916. Fernandes, a quem agradecemos a amabilidade

FMAC —, a que, ao longo dos tempos, se juntariam muitas outras.

Hoje, mais de meia centena de nações está representada na actual «Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra», muitas delas através de mais do que uma entidade. Na realidade, dividindo-se em três grandes áreas a população abrangida pela ac-

tão variados como educação, saúde, reabilitação e reintegração e coacção, entre outros.

Por outro lado, e curando atingir os objectivos no campo da defesa dos interesses das vítimas de guerra, na globalidade, com esse empenho dos deficientes a FMAC desenvolve acções directas junto das organizações internacionais e nacionais, do

INTERNACIONAL DE PAZ E AMIZADE ENTRE OS POVOS

IKK

político e da opinião pública, assim como promove, ela própria, reuniões e conferências a vários níveis.

Forum que está acima dos conflitos ideológicos, unindo, no mesmo sofrimento e no mesmo conhecimento, muitos dos que ontem eram «inimigos», tornando-os «irmãos» na luta para que acabem, de vez, as desigualdades e os conflitos, a enorme capacidade de diálogo que mostra, aliada à fraternidade que existe a todos os escalões, independentemente do lado em que se situaram as «barricadas», transformou a FMAC, ao nível de «PAZ, COOPERAÇÃO, DESARROLHAMENTO e DESENVOLVIMENTO», um dos poucos organismos capazes de anular diferenças e ultrapassar dificuldades «oficiais».

Daí o empenhamento e o interesse de tantos Governos em apoiar as respectivas associações e a própria Federação, convidando-as ou respondendo aos seus convites.

gações associadas, representações governamentais (com direito a um voto, tal como aquelas), o que permitiu contactos directos «oficiais» e desbloqueamentos rápidos e mais fáceis para determinadas situações e/ou soluções.

Recorde-se, embora bastante detalhadas as notícias, na altura, que a delegação portuguesa era composta, para além do representante da ADFa, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e pelo Presidente da Liga dos Combatentes (a qual, por sinal, é uma das poucas, a nível internacional, que não faz parte da FMAC, embora para isso já tenha sido, várias vezes, convidada).

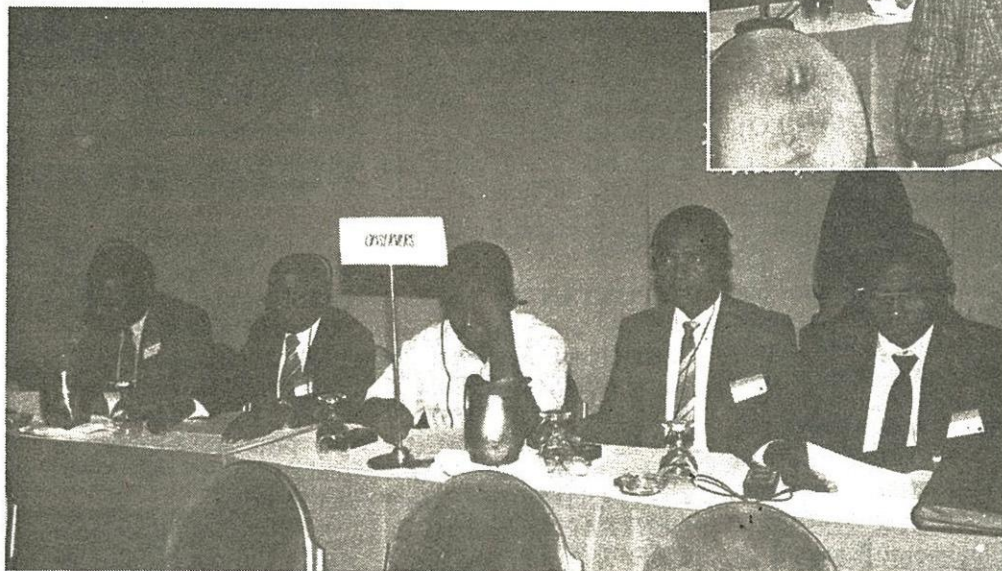
No entanto, ao contrário do que se pode supor, tal «capacidade» não implica uma estrutura especial, havendo apenas um secretariado permanente de 5 pessoas, em Paris, que coordena as actividades gerais, descentralizando para as associações nacionais e locais, a organização de conferências ou de reuniões, os contactos e as representações, subdividindo-se nas «comissões» europeia, americana, africana e da Ásia-Pacífico.

Reconhecido desde o início, o interesse da ADFa em se filiar na FMAC, só após o II Congresso se avançou para tal, fazendo, agora, 6 anos de entrada, embora apenas os 4 últimos tenham sido de verdadeira participação. Cremos, mesmo, que ainda não se soube aproveitar, verdadeiramente, o potencial enorme que é a Federação.

Mas com o tempo tudo se aprende, e não há dúvida que já foi com mais consciência que se integrou no 46.º Conselho Geral e a 19.ª Assembleia Geral realizados em Manila, Filipinas, respectivamente a 6 de Dezembro último e de 7 a 11 do mesmo mês, as quais reuniram duas centenas de

participantes de cerca de 40 países. Reunida sob o quadro das celebrações do 40.º aniversário da «Declaração Universal dos Direitos do Homem» este foi um dos três temas que presidiram à formação de outras tantas Comissões, o mesmo que foi

quando um apelo às associações mais ricas, debruçando-se sobre outras amplas questões e ouvindo, nomeadamente, o Director do Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas e o representante do Comité Internacional da Cruz Verme-



escolhido pelo único delegado português, já que a distância, e os custos inerentes, não permitiram mais do que a presença de Armando Alves, 2.º Secretário da D. C.

O 46.º Conselho Geral aprovou e preparou, para a A. G., as propostas oportunamente enviadas ao Bureau Executivo, assim como admitiu, como novos membros, a Associação dos Camarões (4500 sócios), a Associação Nacional dos «partisans» italianos (145 000), o Comité Soviético de Antigos Resistentes e Antigos Membros do Exército de Libertação de Marrocos (cujos processo já transitava da 18.ª A. G.), sendo, da parte dos Camarões e URSS, as primeiras representações na FMAC.

A Assembleia Geral, em que participaram como observadores, organismos de antigos combatentes de Angola, Austrália, Brunei, EUA, Guiné-Bissau, Moçambique, Paquistão e Taiwan, ratificou as admissões votadas no C. G., apreciou aspectos financeiros, lan-

ha, o qual falou sobre «direito internacional humanitário e direitos do homem».

A ADFa aproveitou a ocasião, e o tema, para apresentar uma «Comunicação» sobre Timor-Leste, ao plenário, referindo o ser conhecido o esforço desenvolvido por Portugal no sentido de se encontrar uma solução, baseada nos princípios emanentes, não só da Carta das Nações Unidas, como de inúmeras resoluções deste e de outros organismos internacionais, os quais consagram os Direitos do Homem e o Direito Internacional. Exprimindo a sua grande preocupação quanto ao actual desenvolvimento do assunto, o documento termina: «A ADFa aproveitou esta ocasião para chamar a atenção, não só da FMAC como das outras associações membros, para a necessidade de solução deste problema, dentro do espírito da «Resolução da ONU», tendo em vista o restabelecimento da paz no território de Timor-Leste».

Entretanto, vários fo-



ram os contactos bilaterais que o nosso representante manteve, nomeadamente com os «observadores» de Angola, Guiné e Moçambique, levantando, então, a possibilidade de uma reunião quadripartida, em Lisboa, o que foi, em princípio, aceite (e do que damos mais notícias noutra local).

Também a associação americana de veteranos do Vietname, que agrega centenas de milhares de ex-combatentes, e que esteve em Manila como observador, contactou Armando Alves no sentido de apoio para a sua provável candidatura, em 1991.

Finalmente, havendo sido adoptadas 29 resoluções de orientação e de programa, abrangendo campos tão diversos como «ambiente», «terrorismo internacional», «tráfico de drogas», «interdição de armas químicas», «desarmamento nuclear e convencional», «desenvolvimento», etc., procedeu-se à eleição dos membros do Bureau Executivo, cujos nomes nada dirão aos nossos leitores, pelo que não se escrevem, mas não querendo deixar de referir o universo que abarcam: Holanda, França, Itália, Malásia, Egipto, RFA, EUA e Grã-Bretanha.

A realização do 47.º Conselho-Geral será Bangué (1990) e a da 20.ª Assembleia-Geral será na Finlândia (1991), ficando já a opção de Portugal para 1994. Também o Bureau Executivo recém-eleito, contactou o nosso Delegado, no sentido de se realizar, em Lisboa, em fins deste ano, a sua reunião de 1989, ficando a aceitação, ou

não, dependente dos apoios que a ADFa possa obter, face aos elevados custos de tal organização.

Foi ainda confirmada a data de realização da 13.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, bem como da respectiva «Reunião da Comissão das Mulheres», em Alttann, RFA, de 31/3 a 4/4/89.

Conforme já noticiado em Fevereiro, serão Delegados da ADFa a estas duas reuniões, respectivamente, o sócio Mário Soares Dias (del. suplente) e Maria Natália Dias Simões Soares.

ENCONTRO DE VETERANOS

No passado dia 4 de Março, através de uma espartosa reportagem publicada em «A REVISTA/EXPRESSO», a quem agradecemos a possibilidade de ser dado a conhecer publicamente, um mundo que é o que temos referido em todo este artigo, dá-se conta da emoção, do respeito, da compreensão, da «irmandade» que une todos os ex-combatentes, onde quer que estiverem ou que bandeira defenderam, porque a consciência e a memória de uma tal vivência comum, supera todo e qualquer conflito.

Chegando aonde a política e a diplomacia não ousaram ir, veteranos do Vietname e do Afeganistão, americanos e soviéticos, deram um abraço profundo, trocando experiências e procurando auxiliar-se mutuamente no encontro de soluções para os problemas que os afligem, exactamente como ex-combatentes.

Se pensarmos que existem, segundo o artigo, meio milhão de veteranos do Vietname, para 58 000 mortos em combate e igual número, já, de suicídios após regresso a casa, podemos calcular a espantosa ajuda que eles poderão dar ao milhão e meio de veteranos do Afeganistão, agora que estes pretendem retomar uma vida normal, tentando esquecer e procurando ultrapassar o inevitável «stress» de guerra.



Fotografia do Prof. Dr. Baptista

Exemplo dessa capacidade foi a, ainda relativamente recente, realização da «V Conferência Internacional sobre legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra», que teve lugar em Bad-Ischl, na Áustria, em Abril de 1988 (e que esteve a cargo de uma organização com mais de 60 anos, produto da I Grande Guerra), nelá tendo tomado parte, para além das dele-



A UM ED E AMIZA

ção da guerra, — os combatentes, os deficientes e as «vítimas»/civis —, países há que possuem várias associações independentes ou mesmo mistas (por exemplo, a Inglaterra tem para cima de uma dezena), a FMAC integra essas organizações e não os países, calculando-se em mais de 25 MILHÕES de pessoas representadas, até há pouco, na Federação.

Com tal peso, e autoridade moral, não será de estranhar que a FMAC seja um parceiro privilegiado a nível de grandes organizações mundiais mantendo representações permanentes na ONU (Genebra e Nova Iorque), presidindo, até ao respectivo «comité de organizações não governamentais para o desarmamento», pelo que tem contactos frequentes quer com o NATO quer com o COMECON), dialogando com a FAO a OIT a OMS, a UNESCO, a UNIDEF, a Comissão para os Refugiados, a CEE, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, etc., etc., tomando assunto como convidada ou observador, em reuniões ao mais alto nível de todas estas entidades, as quais não querem deixar de a ouvir em assuntos

político e da opinião pública, assim como promove, ela própria, reuniões e conferências a vários níveis.

Forum que está acima dos conflitos ideológicos, unindo, no mesmo sofrimento e no mesmo conhecimento, muitos dos que ontem eram «inimigos», tornando-os «irmãos» na luta para que acabem, de vez, as desigualdades e os conflitos, a enorme capacidade de diálogo que mostra, aliada à fraternidade que existe a todos os escalões, independentemente do lado em que se situaram as «barricadas», transformou a FMAC, ao nível de «PAZ, COOPERAÇÃO, DESARMIAMENTO e DESENVOLVIMENTO», um dos poucos organismos capazes de anular diferenças e ultrapassar dificuldades «oficiais».

Daí o empenhamento e o interesse de tantos Governos em apoiar as respectivas associações e a própria Federação, convidando-as ou respondendo aos seus convites.

gações associadas, representações governamentais (com direito a um voto, tal como aquelas), o que permitiu contactos directos «oficiais» e desbloqueamentos rápidos e mais fáceis para determinadas situações e/ou soluções.

Recorde-se, embora bastante detalhadas as notícias, na altura, que a delegação portuguesa era composta, para além do representante da ADFa, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e pelo Presidente da Liga dos Combatentes (a qual, por sinal, é uma das poucas, a nível internacional, que não faz parte da FMAC, embora para isso já tenha sido, várias vezes, convidada).

No entanto, ao contrário do que se pode supor, tal «capacidade» não implica uma estrutura especial, havendo apenas um secretariado permanente de 5 pessoas, em Paris, que coordena as actividades gerais, descentralizando para as associadas nacionais e locais, a organização de conferências ou de reuniões, os contactos e as representações, subdividindo-se nas «comissões» europeia, americana, africana e da Ásia-Pacífico.

Reconhecido desde o início, o interesse da ADFa em se filiar na FMAC, só após o II Congresso se avançou para tal, fazendo, agora, 6 anos de entrada, embora apenas os 4 últimos tenham sido de verdadeira participação. Cremos, mesmo, que ainda não se soube aproveitar, verdadeiramente, o potencial enorme que é a Federação.

Mas com o tempo tudo se aprende, e não há dúvida que já foi com mais consciência que se integrou no 46.º Conselho Geral e a 19.ª Assembleia Geral realizados em Manila, Filipinas, respectivamente a 6 de Dezembro último e de 7 a 11 do mesmo mês, as quais reuniram duas centenas de



de guerra» alemães, em 1916. Do arquivo do Prof. Dr. Baptista

tão variados como legislação, saúde, reabilitação, reintegração e cooperação, entre outros.

Por outro lado, e procurando atingir os seus objectivos no campo da defesa dos interesses das vítimas de guerra, na sua globalidade, com especial empenho dos deficientes, a FMAC desenvolve acções directas junto de organizações internacionais e nacionais, do poder

Exemplo dessa capacidade foi a, ainda relativamente recente, realização da «V Conferência Internacional sobre legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra», que teve lugar em Bad-Ischl, na Áustria, em Abril de 1988 (e que esteve a cargo de uma organização com mais de 60 anos, produto da I Grande Guerra), nelá tendo tomado parte, para além das dele-



CONSELHO NACIONAL

Nos termos do Art.º 37.º dos Estatutos, reuniu-se, em Lisboa, no passado dia 18, o Conselho Nacional, em Reunião Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Aprovação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional, de 1988;

2 — Proposta do Plano de Actividades e Orçamento para 1989;

3 — Política de Gestão de Pessoal:

a) Política de Pessoal da ADFA;

b) Plano de Política Geral de Pessoal;

c) Análise e descrição de funções e

d) Estatuto do Trabalhador da ADFA;

4 — III Congresso;

5 — Relatório sobre a situação da construção da nova Sede Social da ADFA C Comemorações do 15.º Aniversário;

6 — Proposta de Regulamentação do Funcionamento dos Núcleos e

7 — Relatório sobre a situação da Delegação de Viseu.

Com a presença de grande percentagem dos

«conselheiros», os trabalhos, que se iniciaram pelas 14 horas, só terminaram cerca de uma hora da manhã, não tendo sido sequer abordados os pontos 3, 5 e 6, os quais ficam, desde já, agendados para próximo C. N.

Em relação aos pontos 1 e 2, foram os respectivos documentos aprovados com ligeiras alterações, indo ser agora apresentados, para apreciação e decisão final, à Assembleia-Geral Nacional do dia 15 de Abril (ver «Convocatória» na primeira página deste ELO).

Sobre o ponto 4, III Congresso, pouco haverá aqui a dizer, já que por inerência de cargos, quase todos os presentes participaram no III Congresso, tendo feito, agora apenas uma análise mais profunda das «Conclusões» e perspectivado as mesmas em termos de vida associativa a curto, médio e longo prazo.

Finalmente, sobre o último ponto tratado, e tendo a Direcção Central, ao longo de 1988, mantido as Delegações informadas das anormalidades de âmbito associativo vividas na Delegação de Viseu, com

consequências que ultrapassaram o domínio interno, extravazado para o exterior e pondo em causa o bom nome e a imagem da ADFA, foi decidido o encerramento temporário da mesma Delegação, até novas eleições dos órgãos sociais nacionais, garantindo a DC a manutenção dos serviços administrativos e secretariado, através da presença, nas instalações, de um funcionário que estará à disposição dos sócios.

Uma nota sobre os temas dos pontos 5 e 6: embora não tratados, chama-se a atenção para notícias publicadas neste mesmo ELO e que os referem.

IMPORTANTE:

Com vista à Assembleia-Geral Nacional de 15 de Abril, o «RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL», o «RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL» e o «PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL», podem ser consultados pelos sócios, nos termos estatutários, na Sede e Delegações, nos dez dias anteriores à mesma AGN.



DIRECÇÃO CENTRAL — Relatório de actividades

A Direcção Central vai apresentar, nos termos estatutários, um relatório das suas actividades em 1988, à próxima Assembleia-Geral Nacional que, como «Convocatória», em primeira página, se realiza em 15 de Abril, em Lisboa.

Embora o documento esteja à disposição dos associados, para consulta, na Sede e Delegações, nos dez dias anteriores à AGN, ELO dá-lhe um resumo do mesmo.

Assim, nele se refere, em actividades especifi-

cas, o momento, importante e salutar, que foi toda a preparação do III Congresso, com grande militância e participação das Delegações, dos Núcleos e dos sócios, tendo, como corolário, a eleição dos respectivos «congressistas».

O ELO também não é esquecido, considerado como «porta-voz» de anseios e objectivos.

A Sede foi das questões que mais movimentou e multiplicou contactos e acções, aos mais va-

riados níveis, nomeadamente Presidência da República, Governo, Instituição Militar, Câmara Municipal de Lisboa e Secretariado Nacional de Reabilitação, 20 milhões de escudos postos já à disposição pelo Ministério da Defesa, cedência de terreno pelo CML, serviços e materiais oferecidos pela engenharia militar, estudos preliminares efectuados por técnicos qualificados, sócios da Casa, garantem firme empenhamento de todos, na

ADFA CONSOLIDADO

Balanco analítico

Exercício de 1988

Código das contas	ACTIVO	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	PASSIVO	Passivo e situação líquida
11	Disponibilidades:			2.159.354,70	211	Débitos a curto prazo:	248.480,90
12	Caixa			7.666.716,40	219	Clientes c/c	
	Depósitos à ordem			9.826.071,10	221 - 228	Adiantamentos de clientes	5.923.860,40
	Créditos a curto prazo:				223	Fornecedores, c/ gerais	199.096,00
14	Depósitos a prazo			13.650.000,00	235	Fornecedores, c/ letras e outros títulos a pagar	900.000,00
211+216+218	Clientes, c/ gerais	11.396.473,20	573.742,80	10.822.730,40	236	Empréstimos bancários	
213	Clientes, c/ letras e outros títulos a receber				237	Empréstimos de sócios	780.000,00
221	Fornecedores, c/c			13.882,50	239	Empréstimos de associadas	
229	Adiantamentos a fornecedores			436.626,30	24	Outros empréstimos obtidos	
231+233+234	Empréstimos a associadas			580.955,00	262	Sector público estatal	1.267.334,90
24	Outros empréstimos concedidos			15.607.734,00	263 a 269	Cred. fornec. imob., c/ letras e outr. tit. a pagar	8.783.481,60
26	Sector público estatal			41.111.928,20	28	Outros credores, c/ gerais	
	Outros devedores				292	Provisões para impostos sobre os lucros	161.691,00
32	Estâncias:	3.232.412,50				Provisões para riscos e encargos	18.263.947,80
33	Mercadorias					Débitos a médio e longo prazo:	
34	Produtos acabados e semiacabados					Provisões antecipadas:	
35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				27	Receitas antecipadas	143.940,00
36	Produtos e trabalhos em curso	1.194.559,00				Total do passivo	18.407.884,80
38	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.405.647,20				SITUAÇÃO LÍQUIDA	
37	Embalagens comerciais retornáveis	12.898,00				Capital e prestações suplementares:	
	Créditos a médio e longo prazo:	12.845.516,70	199.315,00	12.646.201,70	51	Capital adquirido	4.808.047,20
411	Imobilizações financeiras:				52/54		
412	Participações de capital em associadas				58	Reservas:	
413	Participações de capital noutras empresas			410,00	551	Reserva geral	7.120.664,00
415 a 418	Obrigações e outros títulos				552	Reserva para investimentos	
419	Outras imobilizações financeiras			410,00	553	Reserva para fins sociais	
421	Imobilizações corpóreas:				556	Reserva legal	
422	Terenos e recursos naturais				557	Reservas reinvestidas	
423	Edifícios e outras construções				559	Reservas estatutárias	
424	Equip. básicos e outras máquinas e instalações				561	Reservas especiais - Subsídios de equipamento	
425	Ferramentas e utensílios				562 a 569	Outras reservas especiais	
426	Material de carga e transporte				57	Reserva de reavaliação de imobilizações	
427	Equip. admin. e social e mobiliário diverso				58	Reservas livres	
428	Taras e vasilhame					Resultados transitados:	
429	Outras imobilizações corpóreas	34.611.268,60	14.644.270,50	19.966.998,10	591	Exercícios anteriores	52.471.755,30
431	Imobilizações incorpóreas:				592	Exercícios de	
432	Trespasos				88	Resultados líquidos:	
433	Propriedade ind. outros direitos e contratos				81	Resultados correntes do exercício	
434	Gastos de instalação e expansão				82	Resultados de exercício anteriores	
435	Outras imobilizações incorpóreas	2.879.336,00	287.934,00	2.591.402,00	83	Resultados antes dos impostos	
441+443	Imobilizações em curso:				28	Provisões para impostos sobre os lucros	4.633.390,80
449	Obras em curso				90	Resultados líquidos depois dos impostos	
	Imobilizações, c/ adiantamentos					Dividendos antecipados	
471	Custos antecipados:	1.298.731,00				Total da situação líquida	69.033.857,30
472 a 479	Despesas antecipadas					Total do passivo e da situação líquida	87.441.742,10
	Conservação plurienal						
	Outros custos plurienais	1.298.731,00		1.298.731,00			
	Total de provisões						
	Total de amortiz. e reintegrações						
	Total do activo			87.441.742,10			

DIRECÇÃO CENTRAL — Relatório de actividades

construção da nova Sede Social Nacional.

Vertente importante na vida, e missão indissociável, da ADFA, a luta por uma legislação justa e adequada, tem sido constante da Direcção Central, reconhecendo-se, todavia, dificuldades na sua concretização.

O Dec.-Lei n.º 266/88, que põe cobro à situação chocante dos «milícias» e a concessão de pensões aos deficientes com «doença agravada em serviço», fruto das propostas levadas, e aprovadas, à V Conferência Mundial de Legislação, em Bad-Ischl, são alguns exemplos da participação da ADFA, neste campo.

Quanto às relações externas, referem-se, muito superficialmente, porque devidamente tratadas quer neste número de ELO, quer em anteriores, as participações na já citada reunião sobre legislação, no 7.º Congresso Mundial de Cegos de Guerra e no 46.º Conselho Geral e na 19.ª Assembleia Geral da FMAC, assim como o início de contactos com vista a uma conferência com associações congéneres de Angola, Guiné e Moçambique.

Quanto à actividade a nível nacional, para além da manutenção e desenvolvimento das melhores

relações com outras entidades, nomeadamente a Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes (de que a ADFA é membro fundador), aprez-nos realçar a participação nos trabalhos do Secretariado Nacional de Reabilitação, dos quais saíram, com grande contributo nosso, a Proposta de Lei de Bases de Reabilitação e o Plano Orientador da Política de Reabilitação.

Finalmente, inserindo-se num dos grandes objectivos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, aposta que temos que vencer, e aproveitando da melhor maneira o plano de acções

previsto no quadro do IEFP com o apoio do Fundo Social Europeu, a Formação Profissional tem apresentado excelentes resultados.

Na Delegação do Porto, no Centro de Reabilitação e Formação Profissional, ministraram-se cursos de artesanato em madeira, de operadores de escritório electrónico, de reparadores de aparelhos eléctricos, de manutenção mecânica e de relações públicas. Em Lisboa, por sua vez, implementaram-se cursos de artes gráficas, de electricidade, de electrónica, de cerâmica, de técnicos de frio e de reparadores de micro-electrónica.

Direcção Central

Plano de Actividades para o ano de 1989

O presente Plano é uma proposta de trabalho da Direcção Central no qual estão fixados objectivos em diversas áreas de actuação que, no ano em curso, mais concretamente nos parecem traduzir as necessidades desta Associação.

Também o presente pretende ser instrumento válido de gestão interna na medida em que por certo contribuirá para a rentabilização máxima de tempos, esforços e recursos, à disposição da Direcção Central.

Muitos outros objectivos poder-se-iam fixar para 1989, porém, como pretendemos ser realistas, ficamos pelos que podemos atingir, global ou pelo menos, tendencialmente.

1 — VIDA ASSOCIATIVA:

1.1 — O Sócio

★ Objectivos a fixar:

* Actualizar o levantamento nacional dos sócios para posterior tratamento;

* Lançar inquérito aos grandes deficientes incidindo sobre os aspectos mais relevantes e

* Criação de uma Comissão com o objectivo de tornar efectiva a participação dos sócios.

1.2 — A Delegação

Incrementar o contacto com as Delegações, no sentido de uma maior cooperação a todos os níveis.

1.3 — O Núcleo

• Objectivos a fixar:

* Elaborar o regulamento dos Núcleos;

* Estimular o aparecimento de mais Núcleos principalmente nas áreas mais povoadas e

* Incrementar as visitas aos Núcleos por parte da Direcção Central.

1.4 — A Relação ADFA/Sócio

• Objectivos a fixar:

* Estabelecer o pagamento de quotas por transferência bancária.

* Intensificar e personalizar o contacto com os sócios, (Aniversários, informações, diversos...)

1.5 — Novos sócios e motivar o regresso de antigos

1.6 — Prestação de serviços aos sócios

• Objectivos a fixar:

* Constituir um Serviço de Procuradoria Geral;

* Constituir um serviço de informação técnica especializada sobre apoio à deficiência;

* Iniciar a elaboração do manual do grande deficiente;

* Estudar a viabilidade de fornecimento, em condições vantajosas, de bens de consumo aos sócios e familiares;

* Estudar a possibilidade de negociar com empresa gasolinária, fornecimento de gasolina mais barata aos sócios e familiares;

* Iniciar o processo de estudo para a constituição de um espaço para ocupação de tempos livres para os sócios e familiares e

* Implementação de uma equipa técnica na área do apoio social, com o objectivo de contactar os associados ao nível do apoio hospitalar e domiciliário, e elaborar projectos no âmbito de reabilitação e integração.

1.7 — Aniversário da ADFA

• Objectivos a fixar:

* Comemorar o 15.º Aniversário em Lisboa com especial relevo para a adesão das Delegações e Núcleos.

1.8 — Realizações sociais, culturais e desportivas

• Objectivos a fixar:

* Organizar o 1.º Grande Encontro das esposas dos sócios da ADFA;

* Programar e promover jornadas sobre a temática «O Grande Deficiente e o Trabalho»;

* Promover e programar Jornadas sobre a temática «O Grande Deficiente e os Hobbies na ocupação dos Tempos Livres (rádio amadorismo, informática, fotografia, etc.)» e

* Promover a aquisição de tempo de antena, em Rádio Nacional, para a realização de programa semanal da ADFA, com patrocinadores a angariar.

2 — RELAÇÕES DA ADFA COM:

2.1 — O Poder

• Objectivos a fixar:

* Ministério da Defesa Nacional

* Instituição Militar

* Assembleia da República

* Autarquias

* Sensibilizar e reivindicar com o objectivo de que, ao nível dos direitos e legislação, sejam as nossas propostas aprovadas à luz das conclusões dos III Congresso.

2.2 — SNR

Reforçar a participação da ADFA, de modo a tornar-se mais actuante a todos os níveis.

2.3 — Instituições Nacionais

Promover o diálogo com associações congéneres.

2.4 — Instituições Estrangeiras

• Objectivos a fixar:

* Preparar o programa para o 1.º Encontro internacional de deficientes militares dos países de expressão portuguesa;

* Activar a nossa participação na FMAC, com vista à troca de experiências no âmbito dos nossos direitos e da Paz.

3 — MODERNIZAÇÃO E READAPTAÇÃO DO QUADRO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA ADFA

• Objectivos a fixar:

* Elaborar o programa e calendário para o estudo da revisão estatutária, a efectuar em 1990 e a implementar em Janeiro de 1991.

4 — SUPORTES ECONÓMICO-FINANCEIROS DA ADFA

• Objectivos a fixar:

* Conter os custos fixos e

* Diversificar fontes de financiamento:

— Reequipar a Tipografia Escola;

— Implementar Centro de Artes Gráficas;

— Negociar com gasolinária a instalação de Estação de Serviço junto à nova Sede;

— Lançar Campanha de angariação de quotas não liquidadas e

* — Estudar a viabilidade da ADFA entrar no mercado de grupos e no das agências de turismo.

5 — NOVA SEDE DA ADFA

• Objectivos a fixar:

* Concluiu o projecto arquitectural;

* Lançar a 1.ª pedra

* Proceder ao registo da escritura de cedência do direito de superfície e

* Lançamento de uma campanha de angariação de fundos.

6 — REORGANIZAÇÃO, READAPTAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO DA ADFA:

• Objectivos a fixar:

* Estabelecimento de novo organigrama da estrutura dos serviços;

* Elaborar o regulamento interno dos serviços;

* Elaborar um projecto de redistribuição espacial dos serviços, no espaço que a ADFA ocupa no Palácio da Independência;

* Seleccionar e recrutar quadros superiores e intermédios necessários à gestão corrente dos serviços;

* Racionalizar a afectação e utilização dos meios humanos, materiais e de equipamento e

* Modernizar os processos de gestão de processamento de tarefas dos serviços.

7 — O ELO

• Objectivos a fixar:

* Estimular e motivar a participação dos sócios;

* Estudar os meios de divulgar o ELO e angariar novos assinantes e

* Estudar e incentivar normas para que o ELO seja mais participado ao nível da publicidade.

8 — FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Implementar e desenvolver as acções de Formação Profissional, no quadro do apoio do I.E.F.F./F.S.E.



AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	864 500\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 094 000\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 210 000\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 265 000\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 360 000\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 370 000\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 679 970\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 670 000\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 484\$00	1 495 000\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 560 000\$00
C 15, FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00
C 15, CARGA	1 003 794\$00	1 478 590\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P1	1 567 971\$00	2 559 510\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P2	1 696 681\$00	2 710 100\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 481 390\$00	2 458 210\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 541 595\$00	2 528 650\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 11	1 174 630\$00	1 575 000\$00
BX 19 GT 16 V	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD PACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 340\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 1	1 972 585\$00	4 464 630\$00
BX TRD TURBO	1 991 380\$00	4 486 620\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 3	2 010 406\$00	4 503 880\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h. às 14 h. através dos Telef. 362167, 321934 e 8595016 após as 19 horas.

Viaturas OPEL

MODELO CORSA	PREÇO BASE	P.V.P.
SW 1.0S 3P	796 740\$00	1 086 245\$00
SW 1.2ST 2P	889 940\$00	1 293 241\$00
SW 1.2ST 3P	867 640\$00	1 267 150\$00
SW 1.2ST 4P	922 340\$00	1 331 149\$00
SW 1.2ST 5P	926 840\$00	1 336 414\$00
GL 1.2ST 3P	920 640\$00	1 329 160\$00
GL 1.2ST 3P (5 vel.)	932 640\$00	1 343 200\$00
GL 1.2ST 4P	968 540\$00	1 385 203\$00
GL 1.2ST 4P (5 vel.)	980 540\$00	1 399 243\$00
GL 1.2ST 4P (super)	1 026 640\$00	1 453 180\$00
GL 1.2ST 5P (super)	1 012 940\$00	1 437 151\$00
GT 1.3SB 3P	1 077 140\$00	1 579 218\$00
GSI 1.6I 3P	1 306 840\$00	2 278 147\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 135 840\$00	1 812 569\$00
SW 1.5D 5P	1 137 640\$00	1 814 675\$00
GL 1.5D 5P (Turbo)	1 307 640\$00	2 013 575\$00
GT 1.5TD 3P (Turbo)	1 373 540\$00	2 090 678\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3P	1 090 490\$00	1 528 440\$00
LS 1.2S 5P	1 134 990\$00	1 580 505\$00
LS 1.3S 3P	1 154 690\$00	1 670 507\$00
LS 1.3S 4P	1 243 590\$00	1 774 520\$00
LS 1.3S 5P	1 199 990\$00	1 723 508\$00
GL 1.3S 3P	1 302 590\$00	1 843 550\$00
GL 1.3S 4P	1 359 790\$00	1 910 474\$00
GL 1.3S 5P	1 315 390\$00	1 858 526\$00
GL 1.6S 4P	1 543 090\$00	2 555 115\$00
LS 1.6D 4P (Diesel)	1 440 390\$00	2 435 377\$00
KADETT LUXO		
GL 1.3S 4P	1 551 090\$00	2 134 295\$00
GL 1.3S 5P	1 506 690\$00	2 082 347\$00
KADETT CARAVANS		
LS 1.3S 5P	1 360 000\$00	1 896 464\$00
GL 1.6S 5P	1 580 000\$00	2 584 043\$00
LS 1.6D 5P	1 480 000\$00	2 467 465\$00
OPEL VECTRA		
GL 1.4NV 4P	1 542 700\$00	2 205 180\$00
GL 1.4NV 5P	1 589 700\$00	2 260 170\$00
GL 1.6SV 4P	1 713 500\$00	2 756 080\$00
GL 1.6SV 5P	1 760 500\$00	2 811 070\$00
GLS 1.6SV 4P	1 836 600\$00	2 900 107\$00
GLS 1.6SV 5P	1 883 600\$00	2 955 097\$00
DIESEL		
GL 1.7D 4P	1 886 800\$00	3 005 805\$00
GL 1.7D 4P (metalizado)	1 926 400\$00	3 055 647\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17 300\$00 e 44 700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 362167, 321934 e 8595016, após as 19h30.

Projecto HELIOS

Com notícias mais ou menos importantes, vai-se desenrolando o projecto HELIOS, nos seus vários campos, alguns dos quais dizem respeito directamente à participação portuguesa.

Assim, esteve de visita ao Distrito de Coimbra, a fim de conhecer os centros de reabilitação de deficientes daquela área, uma missão da cidade italiana de Belluno, visando estes contactos uma maior troca de experiências entre cidades inscritas na mesma rede do projecto comunitário.

Na realidade, quer Belluno quer Coimbra, estão abrangidos no esquema «actividades de modelos locais», um dos três em que se subdivide o plano da CEE, sendo os ou-

mento das capacidades de cada um, mas muito mais, almejando incentivar a integração das pessoas com deficiência nas manifestações de arte e criação, sensibilizando tanto o sector público como o privado para a importância dessa experiência e dessa possibilidade na realização plena destes cidadãos.



Apoio ocupacional de deficientes

Em conferência de Imprensa dada pelo então secretário de Estado da Segurança Social, fazendo o balanço de 1988 e perspectivando 1989, foi dito que neste novo ano será dada particular atenção à população deficiente, tendo sido referido especificamente a importância da Lei de Bases da Reabilitação (apresentada em Janeiro à Assembleia da República e de que se transcreve integralmente o texto da proposta, no n.º anterior do ELO), o incentivo aos Projectos Distrito no âmbito da CEE, visando a integração da população deficiente, e o apoio ao programa HELIOS.

Luís Filipe Pereira, entre outras considerações acerca da segurança social, em geral, referiu a legislação recente de «apoio ocupacional de deficientes», sobre o que, embora também realçado na secção do «Diário da República», se reproduz, para melhor entendimento, um texto da própria SESS:

«Prestar apoio a jovens e adultos com deficiências muito graves, através do desenvolvimento de actividades ocupacionais é o objectivo de um recente projecto legislativo.

A profundidade ou extensão das limitações físicas ou mentais apresentadas pelas pessoas com deficiência grave, nem sempre permitem a sua integração socioprofissional nos quadros económicos de trabalho, ou em centros de emprego protegido, pelo que adaptadas às diversidades da situações se torna necessário adoptar diferentes formas de intervenção social.

A criação e o desequilíbrio de actividades ocupacionais constituem uma resposta da Segurança Social que visa fundamentalmente o desenvolvimento máximo das capacidades das pessoas com deficiências graves, de modo a assegurar-lhes condições de equilíbrio físico e psicológico.

Tais formas de apoio constituem a resposta adequada à integração social em situações de deficiência grave, proporcionando actividades socialmente úteis, sem vinculação às exigências de rendimento de trabalho permitindo a valorização pessoal e o aproveitamento das capacidades das pessoas nestas situações.

Por outro lado esta medida ao concorrer para a integração das pessoas com deficiência na comunidade traduz-se ainda num apoio e auxílio às respectivas famílias.»

FENACERCI

Havendo sido eleitos novos órgãos sociais da Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadapadas, FCRL, a quem ELO deseja os melhores votos de felicidade e bom trabalho nos respectivos cargos, junto se dá conta dos seus nomes:

Assembleia-geral: Presidente — Vítor Santos (CERCIGUI), vice-presidente — António José Correia (CERCIP) e secretário — José Luís Ribeiro (CERCIFAP; Conselho Fiscal: Presidente — José Manuel Vitorino (CERCIMOR), vice-presidente — Belmira Heliodoro Miranda (CERCI-BEJA), relator — Diogo Branco (CERCIDIANA) e Direcção: Presidente — Jaime Ráposo Calado (CERCI/LX), vice-presidente — Carmen Duarte (CECD), Tesoureiro — Fernando Afonso (Rumo), Secretário — Jorge Rato (CERCIZIMBRA) e vogal — Rosa Neto (CERCICA).



APIR

Em carta que agradecemos, a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais informa que, por alteração estatutária passou a anterior denominação — Associação Portuguesa de Doentes Renais — para a que agora se indica.

Associação de cegos

Conforme a já anunciada vontade de reunião de três das maiores organizações de cegos, de Portugal, a Associação de Cegos do Norte de Portugal, a Associação Luís Braille e a Liga de Cegos João de Deus, está marcada para Abril próximo a escritura notarial que dará forma, oficialmente,

à que julgamos, se chamará «Associações de Cegos e Amblíopes» esperando-se que em breve, outras entidades venham a aderir a este movimento de unificação dos numerosos e dispersos grupos que integram/dividem os invisíveis portugueses, permitindo, assim, obter melhores apoios nacionais e internacionais.

Por curiosidade, podemos dizer que Shegundo Galarza, o conhecido pianista, decidiu que a receita de um espectáculo realizado em sua homena-

gem, em Março, por ocasião dos seus 40 anos de actividade, revertesse a favor da nova instituição.

Exposições nos SSFA/Oeiras

Até ao próximo dia 2 de Abril, estará patente no Complexo Social de Oeiras, dos Serviços Sociais das Forças Armadas, (13/16 h e 18/21 h) uma exposição de pintura e estanhos de V. C. Neves, para a qual teve a gentileza de convidar os elementos de ELO, o que agradecemos.

Emigração e Segurança Social

Em continuação da procura de defesa dos interesses e direitos dos nossos emigrantes e seus familiares, foram recentemente assinados novos protocolos de acordo entre os governos de Portugal e de França e dos Estados Unidos da América do Norte, visando especialmente abonos de família e pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, respectivamente.

DEFICIÊNCIA EPIDÉMICA

Grave deficiência, com aspectos físicos e psíquicos envolventes, reuniu, recentemente, em Lisboa, mais de duas centenas dos melhores técnicos dos vários países onde o «mal» se tem desenvolvido e que, cerca do ano 2000, pode atingir para cima de 250 milhões de pessoas.

Embora as causas possam ser analisadas com relativa facilidade, os especialistas dividem-se quanto à terapia a seguir para a cura ou, pelo menos, para travar o progressivo corrompimento e obviar à total degradação do estado do doente.

No entanto, porque assistimos ao alastrar do mal a todos os níveis de população, não perdoando o mesmo aos que mais protegidos deviam estar e mais protectores deviam ser, não sabemos se as boas intenções de tais autoridades sobre o assunto, na prática poderão passar

disso mesmo: «Boas intenções»!

Creemos que uma forte campanha de prevenção internacional, a par de fortíssimas medidas curativas, pelo menos a nível nacional, cujo caso conhecemos melhor, com pesadas penas e muitas para todos os que, com total irresponsabilidade e graves culpas no processo de epidemia a que se chegou, possam, de algum modo, ser transmissores de tão alarmante vírus, nomeadamente organismos oficiais e públicos, poderia ajudar bastante a debelar a actual crise.

Não seja isso, e temos receio que a situação seja irreversível.

Uma nota, no entanto, nos parece importante: haja em atenção que as várias experiências feitas, a título precário e nem sempre explicadas convenientemente, as várias receitas de duração limitada, até as diversas cores das pílulas e comprimidos recomendados, têm lan-

çado tremenda confusão nas pessoas, influenciando,

negativamente, a sua actuação, criando muitas dúvidas e hesitações quanto à forma correcta de proceder. Nós próprios, quantas vezes, já não sabemos que remédio tomar, que «última» decisão seguir, sendo, portanto, sempre potenciais, mas inocentes (?) transmissores desta terrível enfermidade.

A par das medidas preventivas e curativas consideradas, exigem-se, pois, em paralelo, com tempo, cuidado e larga difusão, grandes meios de esclarecimento e de informação gerais. «I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa», assim se denominou este encontro que decorreu nos primeiros dias deste mês, na Fundação Gulbenkian, reunindo nomes grandes das literaturas dos 7 países de expressão portuguesa.

O diagnóstico mantém-se reservado...



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTRA O DESEMPREGO E A POBREZA

Dois dos mais graves problemas que afligem boa parte dos países deste planeta, são o desemprego e a pobreza. E se alguns, poucos, podem afirmar, que adentro das suas fronteiras não existem pobres, praticamente nenhum poderá dizer que neles se desconhece o desemprego. Se a pobreza pode ser superada, nos chamados países ricos, por todo um suporte social de grandes subsídios ao desemprego e à reforma, por exemplo, até mesmo nessas a questão tende a agravar-se, e até tornar-se crítica, devido a um progressivo aumento do envelhecimento da população (e consequente maior dificuldade em suportar o respectivo acréscimo do custo global daquelas pensões), a par de não estarem, normalmente, previstos apoios finan-

de de trabalhar que persiste a pobreza.

O alarme já vem sendo dado desde há bastante tempo e várias soluções têm sido propostas, estudadas, utilizadas, rejeitadas, afirmadas, etc., etc.

A questão fundamental está no mercado de trabalho que, como se sabe, se enreda em curiosos, por vezes mesmo bastante estranhos, jogos e tramas com a política económica, criando o que parecem ser verdadeiros círculos viciosos.

De qualquer maneira, parece pouco provável que, sem alterações profundas à situação, possa ser mantido por muito mais tempo e por qualquer Governo que seja, o actual sistema de benefícios sociais, até porque mesmo naqueles que o podem ainda praticar, os responsáveis se pergun-

do mundo de trabalho que, ao contrário do que muitos pensam, não está em regressão mas sim em evolução, poderá dar resposta, pelo menos em grande parte, às dificuldades actuais.

Muitos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, e talvez mais precisamente esses, estão a gastar mais verbas em política de formação profissional e de trabalho do que na chamada «assistência social», e tendem a aumentar essa diferença. Países há mesmo em que os subsídios pagos a desempregados só o são em troca de frequência de cursos adequados.

E quanto a Portugal?

Bom, em relação ao nosso país as coisas aparecem-nos um pouco mais complicadas, já que cerca de sessenta por cento dos desempregados são jo-

cerca de metade da nossa juventude desejar emigrar.

Excessivas facilidades, que se revelaram em demasiadas aldrabices (perdão, «erros»), poderão ter levado muitos dos possíveis beneficiários de cursos da CEE a desconfiarem e a não os procurarem. Já não temos muito tempo para aplicar dinheiros que, até agora, nos têm sido fornecidos «à borla». Como também já não temos muito tempo para promover todos os cursos de «Formação profissional» que nos fazem falta e nos possibilitarão (?) enfrentar e integrar, em igualdade de condições de acesso de trabalho, a Europa comunitária. Em termos relativos, até 1992 são apenas dois dias.

Para terminar, um alerta: esbanjar os dinheiros do Fundo Social Europeu apenas para provar que os sabemos gastar, não é a mesma coisa que os saber aproveitar. Cursos sim, mas com pés e cabeça, voltados para a nossa realidade e para os nossos (nacionais...) interesses, e, para certas metas, até poderá já ter sido ontem.

Creemos que a ADFA é um exemplo consciente do que é possível fazer com os recursos que nos estão a ser facultados, já que a «formação profissional» que aqui é fornecida, obedecendo a critérios bem elaborados e estruturados, atinge, também, um outro campo muito acarinhado e estimulado pela Comissão da CEE, que é o da «reabilitação e reintegração social» de pessoas deficientes. Pensamos até que, se maiores disponibilidades e facilidades forem postas à disposição dos respectivos Departamentos, a sua acção poderá ser bastante mais desenvolvida e aproveitada.

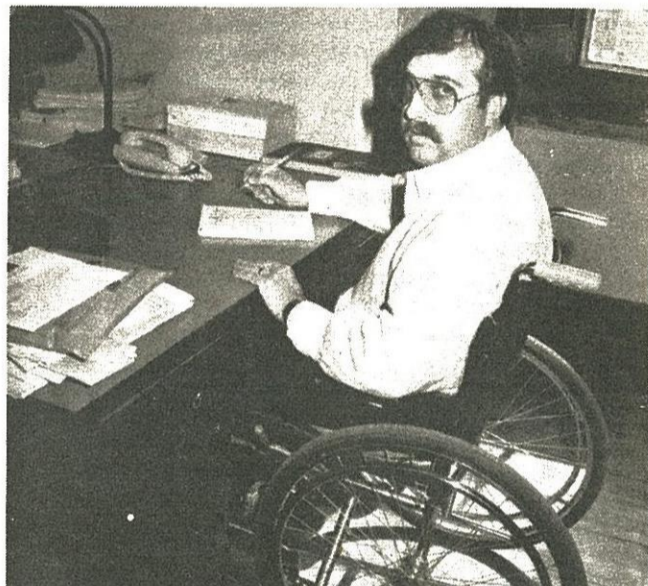
OUTRAS NOTÍCIAS

De 27 de Fevereiro a 2 de Março, decorreu, na Sede, um estágio de observação de dois enfermeiros de «reabilitação», Maria Antónia M. Pissarra e Abílio Gonçalves Sequeira, aqui enviados pela Escola de Enfermagem da Saúde Militar (HMP).

Sendo monitores do curso a enfermeira Rosa Machado (Quadro da Escola de Enfermagem), o enfermeiro Viegas (Exército) e o enfermeiro Luís Santos (Força Aérea), o estágio teve um programa bastante preenchido.

— Foi decidido assinar um Protocolo de Acordo entre a ADFA e a TRADIARPO, no âmbito do Projecto de Formação Profissional, na área da «cerâmica» e de acordo com os objectivos traçados pelos respectivo Departamento, o qual deverá acompanhar a aplicação do mesmo protocolo.

— Na sequência do concurso para admissão de um trabalhador para a Delegação de Évora, foi decidido admitir José Rodrigues Caldeira, sócio da ADFA, grande deficiente motor, o qual frequentou, já nesse sentido, um estágio, que decorreu na Sede, de 3 a 14 de Março.



ceiros permanentes a jovens desempregados (numa população cada vez mais suburbana e, também, mais «sociedade de consumo»), o que, aliás, não se apresentaria como solução. Temos mesmo especialistas que afirmam que, por exemplo nos Estados Unidos da América, é entre os que se encontram em ida-

tam se tal não leva ao afastamento voluntário do trabalho.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL parece ser a chave encontrada para tão grave problema.

Adequada programação e adaptação dos mais novos, a par de reajustamento e reciclagem dos mais velhos, a todo um enorme e diversificado

vens, o que se agravará bastante nos próximos seis anos com a previsível chegada ao mercado de trabalho de mais de um milhão de candidatos. Se atendermos a isso, e à enorme percentagem dos que trabalham sem contrato ou com contrato a prazo, podemos compreender a sua instabilidade e a vontade de

ASSISTENTE SOCIAL

A partir do início deste mês, a ADFA tem à disposição dos seus sócios, na sede, uma assistente social, Luísa Gregório.

A entrada desta técnica visa a ajuda no processo de reabilitação em todos os aspectos da vida em sociedade, ou seja, no meio ambiente, no meio laboral, na educação, nas actividades recreativas e culturais, através da informação, aconselhamento, encaminhamento e colocação nas instituições existentes, possibilitando a integração e participação dos deficientes, e suas famílias, na comunidade.

A finalidade primordial deste serviço será a de permitir que todos possam tomar conhecimento e fazer uso dos direitos e deveres que lhes cabem, de maneira a melhorar a sua vida.

A assistente social enquadra-se na equipa multidisciplinar que está a ser criada com o objectivo, a curto prazo, de poder funcionar globalmente, surgindo assim respostas mais adequadas à realidade que hoje somos, respondendo a necessidades que são diferentes, pois cada um é um caso.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

VISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
TERÇAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
QUARTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
QUINTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
STRESS DE GUERRA Dr. Afonso de Albuquerque (psiquiatra) Consultas dr.ª Edite Saraiva (Psicóloga)	Terças-feiras — 14 às 18 h.

As consultas de sábado efectuem-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

As consultas efectuem-se todas no consultório médico da sede. As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 362167. As consultas com o Dr. Afonso de Albuquerque só se efectuarão depois de consulta com a Dr.ª Edite Saraiva, que poderá encaminhar o paciente se este assim o desejar para psicoterapia de grupo.

DESPORTO

DESPORTO

DESPORTO

Com grande pena nossa, e fortes apupos e assobios da assistência, não foi possível ao ELO de Fevereiro incluir a sua página de desporto.

Não que isso significasse que o sector estava parado. Antes pelo contrário. A equipa de basquetebol participou no «Torneio de Ano Novo», um nosso sócio frequentava um curso de juizes, prepara-se o reaparecimento de uma modalidade que até campeão nacional tem, reforça-se a anunciada reestruturação da secção, etc., etc.

Mas vamos por partes:

1 — Como se disse em Janeiro, numa organização da Associação Portuguesa de Deficientes/Lisboa, decorreu no pavilhão ginodesportivo Paz e Amizade, em Loures, de 22.01 a 26.02, um **torneio de basquetebol em cadeira de rodas**, no qual, além das equipas representativas da entidade organizadora e da ADFA, participaram as do Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão (CMRA) e da APD/Mira-Sintra.

Integrada pelos atletas Jorge Neto-4, António Botelho-5, Manuel Borges(7, João Carvalho-8, Carlos Noivo-9, Vítor Borges-12, António Vilarinho-13 e pelos técnico José Alberto Gomes e seccionista Armando Santos, a equipa da ADFA alcançou um bom 2.º lugar, com 14 pontos, só ultrapassada pelos 18 de Alcoitão.

Foram os seguintes os resultados dos nossos jogos (duas mãos):

APD/Lx 30	ADFA	42
CMRA 58	ADFA	25
ADFA 39	APD/MS21	
APD/Lx 27	ADFA	32
ADFA 48	APD/MS23	
CMRA 59	ADFA	33

À nossa representação foram entregues duas bolas de basquetebol e aos atletas foram atribuídas medalhas.

Por curiosidade, refira-se que o melhor marcador do torneio foi Raul Luís, do CMR de Alcoitão.

2 — O nosso sócio Armando Santos, como também já noticiado em Janeiro, frequentou um «Curso de Juizes de Basquetebol» organizado pelo Conselho de Arbitragem Regional (CAR), da Associação de Basquetebol de Lisboa, que decorreu de 23.01 a 18.02.

Entre 35 candidatos, 14 foram aprovados para árbitros enquanto 7 o foram para oficiais de mesa, entre estes últimos, exactamente, o nosso associado, o que demonstra o seu empenhamento e vontade, sendo esta a primeira vez, julgamos, que um deficiente aposta, e ganha neste tipo de desafio.

A terminar este ponto, gostaríamos de fazer uma referência ao facto de dois dos novos árbitros, Jorge Correia, e Filinto Carvalho, se terem colocado à disposição da ADFA para quando necessários.

3 — Retirado o material (e bom) do «sótão», feitos os primeiros contactos para o (re)aparecimento de valores, iniciadas diligências para obtenção de apoios, eis que a secção se propõe fazer renascer o «**tiro com arco**», modalidade que já existiu na Associação.

Antes de continuarmos, um pouco de «literatura» técnica sobre este desporto:

«A prática de tiro com arco pelos deficientes deve ser livre, isto é, primeiro a opção será deles e segundo, teremos que analisar se o perfil funcional coaduna com o gosto

do tiro com arco. Caso sejam necessários algumas modificações terão que corresponder às normas internacionais da FITA e aos regulamentos específicos de cada área de deficiência (CP-ISRA, ISOD e ISMGF) ou às recentes normas do sistema de classificação integrado, se a prática visar a competição. Para o caso da recreação, desde que o deficiente sinta prazer e não se ponha em causa a sua integridade psicossomática, todo o tipo de modificação é possível adaptar à prática do tiro com arco.»



Luis António Nabais (praticante regular e Campeão Nacional), Hilário Biosse, Mário Sobral e Manuel Palma são alguns dos sócios já contactados e que mostraram disponibilidade em voltar a representar a ADFA.

E aqui o **apelo a que todos os interessados se dirijam à secção**, a fim de ser possível o começo dos treinos o mais breve. Quanto aos antigos praticantes ainda não contactados, agradece-se que tomem, desde já, a iniciativa, a fim de obviar demoras.

Evidentemente que foi preocupação do nosso responsável técnico tentar

obter o apoio fundamental da respectiva Federação, mostrando-se, desde logo, o seu Presidente, Tenente-Coronel Manuel dos Santos Nicolau, receptivo a tal solicitação, pelo que se julga que com o interesse já suscitado, esta modalidade pode voltar a ter forte implantação entre os DFAs.

4 — Prosseguem as reuniões entre os vários intervenientes no plano de **reestruturação da Secção**, nomeadamente Eduardo Cascada, responsável pelo DASC (Departamento que supervisiona o desporto),

ESCREVEM...

O técnico:

A prática desportiva e o deficiente das F. A. — 1 Os DFAs, como seres humanos que são, obviamente sentem natural necessidade de se expandir e de comunicar, isto é, de fazerem algo que lhes faça acreditar que esta vida não é apenas a monotonia quotidiana.

E um dos meios para conseguir esse objectivo pode, certamente, ser o desporto.

É pois com a finalidade de vos incentivar a ele que aqui venho conversar convosco. Sei que a prática desportiva para e/ou por deficientes não é tarefa fácil, dados os entraves de vária ordem que existem. Penso, porém, que são perfeitamente ultrapassáveis por cada um e que todos o devem procurar fazer.

Apareçam, exponham as vossas ideias, as vossas dificuldades, enfim, façam a vossa «análise desportiva» porque é por isso, entre outras razões, que a secção cá me tem e é para isso que estou sempre à vossa disposição.

José Alberto Gomes

O seccionista:

Terminou o torneio de basquetebol em cadeira de rodas efectuado no pavilhão «Paz e Amizade», em Loures, que teve a participação de quatro equipas, ficando a da ADFA em 2.º lugar, o que não sendo o melhor, poderá considerar-se bom. Mas outros tempos virão...

É um facto que quando se pratica desporto se espera recompensa. Daí que há que fazer alterações nos treinos e remodelar o material, enquanto se retoma a preparação normal conjunta de todo o plantel. Se tal não acontecer, corre-se o risco de desmobilização. E o nome da nossa Associação, representada pela sua equipa, tem que estar à altura devida.

Entretanto não devo deixar de salientar o espírito desportivo dos nossos associados, que possuem uma equipa muito arrumada, havendo a destacar a participação e a aplicação postas em cada jornada. Pesem embora os anos e as deficiências, a prática do desporto incrementa as actividades físicas e psíquicas.

Finalmente, e tendo frequentado um curso de técnicas e arbitragem, promovido pela CAR, quero comunicar a satisfação e o agrado como o mesmo decorreu, tirando dele o melhor aproveitamento. Deixo a mensagem para que outros abracem esta carreira, a qual é um novo aspecto no conhecimento humano, com os habituais deveres à prática desportiva.

Armando Santos

NOTÍCIAS breves:..

O Departamento de Educação Especial e Reabilitação do ISEF/UTL, lançou, em cerimónia a que assistiu o nosso técnico José Gomes, uma revista — **Educação Especial e Reabilitação** — que «é o corolário de uma aspiração construída ao longo de vários anos de estudo e reflexão, por parte de um conjunto de profissionais ligados ao universo da observação e da intervenção pedagógico-terapêutica em crianças, jovens e indivíduos com necessidades especiais.» (do Editorial do n.º 0).

• E a propósito de «**educação especial**», refira-se que decorreu no Clube Desportivo de Paço de Arcos, em fins de Fevereiro, uma acção de formação de ginástica, com demonstração prática da técnica com crianças deficientes mentais, orientada pelo professor irlandês Con Hegarty e promovida pelo «**Special Olympics Portugal**».

• Falando-se de olimpismo, aproveita-se, também, para assinalar que o Governo decidiu investir, até 1991, mais de cinco milhões de contos no **Jamor**, afirmando «o carácter imprescindível e urgente do Complexo do Jamor para a correcta preparação do desporto nacional no quadro do ciclo olímpico em curso».

Bom será que não sejam esquecidas as estruturas de desporto para deficientes, mais que não seja porque o citado «ciclo olímpico», culminará em 1992, aqui tão perto, com a possibilidade das maiores participações portuguesas de sempre. E se olharmos para os resultados da representação nacional «deficiente» a Seul/88...

• Finalmente, um facto da maior relevância: a apresentação à Assembleia da República de dois projectos de Lei relativos ao desporto, um de iniciativa do Governo e outro com origem no Grupo Parlamentar do PCP, os quais aprovados na generalidade pelo plenário, baixaram à respectiva Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura para apreciação na especialidade.

Quase em simultâneo com este importante acontecimento, a revista «**Horizonte**» levou a efeito o seu IV Fórum, desta vez subordinado ao tema «**Desporto português: que condições para o desenvolvimento**», que reuniu em Oeiras, e durante vários dias, algumas das mais importantes personalidades ligadas a este sector.

Pela sua importância, espera oportunamente «ELO» dedicar um mais largo espaço a este assunto.

